



ORGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

As cartas da sucessão

págs. 6 e 7

Sai usina, entra submarino

página 15

A TV dos trabalhadores

pág. 17

CHILE

Depois do não

págs. 10 e 11



O povo chileno festeja, em Santiago, a derrota de Pinochet no Plebiscito

A crise é Sarney & Cia.

Os sócios do governo (PMDB, PFL, PTB, PDS etc.) posam de oposição e tentam fugir dessa barca furada. Mas a saída passa por diretas para presidente

pág. 3



Paulo Betti fala de sua militância

pág. 16

As armadilhas do pacto

Ao mesmo tempo que exalta iniciativas no sentido de viabilizar um pacto antiinflacionário entre empresários e trabalhadores, o governo tira o corpo fora em relação a seus próprios empregados, reprimindo greves dos funcionários públicos. A CUT não caiu nessa conversa fiada e exigiu que o governo assumira suas responsabilidades no combate à inflação. Mas é possível que o governo, junto com seu próximo pacote econômico, arraste pelegos e empresários para simular um grande "acordo" nacional.

pág. 12

Força total no dia 15

Chegamos aos últimos dias da campanha eleitoral de 1988, que terá consequências diretas na campanha presidencial do ano que vem. É hora de apostar tudo na militância. É dela que obteremos os recursos políticos e materiais que precisamos nessa reta final. Nossa garra, nossa independência de classe e nossa coerência são nossa bandeira. Vamos desfraldá-la pelo Brasil afora. Além da "hoca de urna", não podemos esquecer da fiscalização da votação e da apuração, para não perder no "tapetão" o que ganhamos nas urnas.

págs. 2 e 4

Editorial

Na reta final

Na reta de chegada das eleições municipais, cujo resultado influirá na correlação de forças da sociedade e terá consequências diretas nas eleições presidenciais de 1989, nosso Partido concentra seus esforços na reversão do clima de angústia, desesperança e desilusão de grande parcela do povo com a política, com os políticos e com os partidos em geral.

Ao mesmo tempo, o Partido intensifica a organização da militância para os comícios, passeatas, mutirões, panfletagens e caminhadas que compõem e garantem a grande arrancada final. Arrancada que, para o PT, só terminará com o anúncio do resultado oficial da eleição.

Enfrentamos a desilusão combatendo-a com a história do Partido, com nossa trajetória de luta e coerência, com nosso compromisso democrático e popular, com propostas claras para a administração do município, com a afirmação de nossa atuação à frente das prefeituras de Diaderna, Fortaleza, Icapuí e Vila Velha, com a atuação de nossa Bancada na Constituinte.

É tempo de, sem agressividade, sem arrogância, mas com energia, afirmar claramente que o povo votou errado em 1986. Quem já amargava Sarney e sua política econômica não podia, mesmo diante da cortina de silêncio contra as denúncias ao Plano Cruzado, dar seu voto para eleger governadores do PMDB, PDS e PFL; constituintes do PMDB, PFL, PDS, PTB, PDC, PL, que, em conjunto, votaram contra os trabalhadores na Constituinte. Eles estão aí outra vez, disfarçados de "oposição", catando votos em cada

município. É preciso dar nome aos bois, desmascará-los e advertir a população para não se deixar enganar novamente

É assim também que enfrentamos a enorme e violenta ofensiva da burguesia e de seus candidatos (principalmente nos cerca de 160 municípios onde o PT disputa e pode ganhar), que usam da ameaça e da violência física, calúnia e difamação, e da máquina municipal contra nossas candidaturas e campanhas.

Pesquisas recentes, em diferentes municípios do Brasil, apontam a tendência do eleitor petista de concentrar-se em nosso candidato, rompendo a distância, também sempre presente nas pesquisas, entre o voto no PT e o voto nos nossos candidatos.

O número de eleitores indefinidos cai e a campanha se polariza. Em importantes municípios e capitais, as pesquisas apontam situação de empate técnico entre vários candidatos, com o PT quase sempre incluído. O trabalho no dia da eleição será importantíssimo. De agora, até o último voto contabilizado, pressão total.

Multiplicando cada militante, encampando simpatizantes e eleitores em cada atividade do Partido até 15 de novembro, nos preparamos também para que o ato de votação expresse livremente a vontade plena de cada cidadão. No dia 15 de novembro o trabalho de nossos fiscais é fundamental. E depois, na apuração, batalhamos voto a voto, na defesa de nossos candidatos. Nossa estrela é nosso maior patrimônio. Nossa garra, nossa independência de classe e nossa coerência são nossa bandeira. Vamos desfraldá-la Brasil a fora.

Notas

Dez anos do Prêmio Herzog

O Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos comemorou 10 anos no último 25 de outubro em grande estilo: homenageou 20 personalidades que se destacaram na defesa dos direitos humanos e no combate aos regimes ditatoriais, entre elas Apolônio de Carvalho, Luis Carlos Prestes, D. Pedro Casaldáliga, Henfil, Sobral Pinto, Madre Cristina, Ja-

cob Gorender, Rolando Frati, Nelson Werneck Sodré, Maria Augusta Capistrano e Hélio Pellegrino.

Instituído pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, o ponto alto da solenidade foi a homenagem especial ao companheiro Perseu Abramo, um dos idealizadores e o responsável pela concretização do prêmio, em 1978.

Mamata da exportação

O governo enviou recentemente ao Congresso Nacional os valores do Orçamento da União para 1989.

De acordo com a proposta, o subsídio para as empresas exportadoras vai representar cerca de 21,3% do total do Orçamento, significando 1,6% do Produto Interno

Bruto (PIB) nacional, que hoje gira em torno de 300 bilhões de dólares (138 trilhões de cruzados, em valores de fins de outubro).

As 250 empresas que controlam 70% das exportações brasileiras deverão ser beneficiadas com esse "apoio".

Constituintes estaduais

A Constituinte Estadual de São Paulo foi instalada no último dia 18 de outubro. A instalação se resumiu a um discurso de 15 minutos do presidente da Assembleia Legislativa, Luis Máximo (PSDB). Entre os dias 3 e 6 de janeiro do próximo ano deverá ser votado o regimento interno da Constituinte.

A bancada estadual do PT apresentou uma proposta de regimento interno que prevê a participação popular na elaboração da nova Carta estadual (entre outras

coisas, audiências públicas, emendas populares com um mínimo de assinaturas e tribuna livre).

Em São Paulo, a composição da mesa da Assembleia Legislativa é a mesma da Constituinte. Mas em vários estados essa questão está gerando polêmica. É que um parecer do relator da Constituinte Federal, Bernardo Cabral, autoriza desvincular as mesas das duas instâncias. Muitos presidentes de Assembleias Legislativas, obviamente, não gostaram da idéia.

Zero para Lula

Assim como as entidades dos trabalhadores, os empresários também fizeram uma avaliação do desempenho dos 559 deputados constituintes durante o segundo turno de votações. A avaliação contém notas de 0 a 100 dadas aos parlamentares e marcam com asteriscos os nomes dos que votaram integralmente de acordo com os interesses de entidades patronais como a Federação das Indústrias do

Estado de São Paulo (Fiesp), Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O senador Roberto Campos (PDS-MT), ministro da Fazenda nos tempos da ditadura militar e conhecido por suas estreitas ligações com empresas multinacionais recebeu a nota máxima (100). Já o Lula ganhou nota zero dos empresários.

Sociedade

O nome da crise: Sarney & Cia.

"Parlamentarismo", "governo de transição", "candidato de consenso" mexem com Sarney mas não resolvem a crise. Reforçam a transição pelo alto, sem povo.

A exceção do PT, para quem a solução da crise passa pela substituição do governo Sarney em eleições livres e diretas, todas as demais propostas que surgem neste momento fogem da questão central: não há possibilidade de transformações econômicas, sociais e políticas em profundidade sem a remoção do atual núcleo do poder. O próprio Brizola, que como o PT debita à atual administração a responsabilidade pela crise, propõe a "renúncia" de Sarney, mas ao mesmo tempo sugere um "governo de transição" comandado por Sarney...

De modo geral, as propostas de "pacto", de "parlamentarismo", de "governo de unidade nacional", são todas elas soluções de ocasião, pois se destinam, simplesmente, a promover rearranjos dentro do atual esquema de poder, mudando pessoas ou setores para que tudo continue no essencial como está. Isto para não falar das insinuações sobre o adiamento das eleições, de caráter nitidamente golpista.

A proposta de pacto social, por exemplo, entrega aos trabalhadores e aos empresários a solução para o problema da inflação, limitando-se o governo (Estado) ao papel de árbitro. Mas, em suas relações com o funcionalismo, nas quais figura como patrão, o governo entra no pacto com o cutelo, restando aos servidores públicos oferecer o pescoço. A posição da CUT nas discussões do tema deixou o governo em dificuldades (ver a respeito artigo da pág. 12).

No fundo, o governo tenta esconder suas responsabilidades no processo inflacionário. Ele tem um papel ativo, como formulador da política econômica, de pagamento da dívida externa e de submissão ao FMI; como estimulador da especulação financeira e das emissões monetárias; como



formador de preços de uma série de produtos e serviços. Responsável por omissão, devido à inércia, à motossidade e à falta de respaldo político para adotar medidas de combate à inflação.

Governo "meia-sola"
A proposta de parlamen-

tarismo — novamente uma saída "pelo alto", intramuros, sem participação popular — cumpre vários objetivos. Primeiro, retira poderes de Sarney, sem deslocá-lo do governo. Com isso, pretende-se transformá-lo em único culpado e tenta-se dar credibilidade ao primeiro-ministro e ao gabinete eleitos no Congresso. O deputado Ulysses Guimarães, que, em suas interinidades sucessivas, tem dado continuidade sem quebra à administração, ficaria mais à vontade como primeiro-ministro. E a maioria conservadora no Congresso teria mais influência e mais margem de manobra nos ministérios.

Em suma, o quebra-galho do parlamentarismo só serviria para recauchutar o governo Sarney, criando uma espécie de mandato-tampão, um governo "meia-sola" nascido nos

arreglos de Brasília e igualmente carente de legitimidade popular.

Manobra eleitoral

A ideia de renúncia, que dizem já ter passado pela cabeça de Sarney antes da proposta de Brizola, nos condena a todos a um governo com Ulysses, ou a uma eleição indireta no Congresso, para escolher o sucessor de Sarney até 1990. É verdade que poderia abrir campo para a convocação de eleições diretas, mas a solução constitucional prevista neste caso se processa nos marcos da transição conservadora e no campo das forças hoje comprometidas com o atual governo — embora façam questão de esconder isso ou queiram parecer o contrário.

O sentido da maior parte destas propostas, aliás, é manter o caráter da transição conservadora. Os que tentam se dissociar de Sarney, sem de fato fazê-lo, buscam aparecer como "oposicionistas" agora em 15 de novembro e nas eleições de 1989. Na verdade, o governo é Sarney. Mas é também o PMDB, o PFL, o PDS, o PTB, o PDC, o PL e outros setores que lhe deram ou dão cobertura política e eleitoral. Por trás dessas manobras existe também a intenção de se reeditar, em nome da crise, o grande conchavo do Colégio Eleitoral. Um candidato de "consenso" para conduzir um governo de "salvação nacional", gestado neste campo e legitimado pelo voto popular, seria o fecho ideal para a transição conservadora.

Por tudo isso, a proposta do PT (ver a nota da CEN nesta página) é a que resolve o problema. As eleições presidenciais livres e diretas — sem adiamentos e tendo como prazo máximo o calendário constitucional — são a primeira chance do povo, desde 1964, de afastar do centro do poder militares e civis que jogaram o Brasil na crise em que se encontra. (CA/RF)

Um chamamento à oposição

Reunida em São Paulo, no último dia 25 de outubro, para analisar a situação do país, a Comissão Executiva Nacional (CEN) aprovou a seguinte resolução política:

1. A atual crise de governo e o descalabro da economia brasileira decorrem da política imposta ao país pelo governo Sarney. O PT, reiteradamente, tem alertado para o agravamento da situação e tem apresentado propostas alternativas contra a crise. Nesse sentido, defendemos eleições diretas para a Presidência da República e, na Constituinte, votamos 4 anos para Sarney.

2. Combateamos a política econômica antipopular e antinacional do governo, de submissão ao FMI, e denunciemos o processo inflacionário em

curso, que beneficia os especuladores e prejudica os trabalhadores e os pequenos produtores. Acreditamos que a solução para a crise passa pela substituição do governo Sarney, em eleições livres e diretas, as quais disputaremos com um programa alternativo de governo e a candidatura do companheiro Lula. Só assim poderemos instaurar no país um governo responsável e com legitimidade popular, capaz de promover as transformações econômico-sociais que a população reclama.

Manipulação

3. Somos contrários a propostas correntes que, a pretexto de superar os impasses da conjuntura, na verdade escondem tentativas de manipulação dos

trabalhadores, favorecem manobras eleitoreiras destinadas a beneficiar candidatos em campanha presidencial e ao pleito de 15 de novembro próximo, ou que visam a legalizar ajustes econômicos feitos, mais uma vez, à custa dos assalariados.

4. Convidamos os partidos de oposição, que votaram pelo mandato de 4 anos, que defenderam os direitos dos trabalhadores na Constituinte, que combatem a política econômica do governo e que se batem pela construção de uma sociedade democrática, a uma reunião de trabalho, na qual possamos discutir propostas de emergência para sair da crise a que o país foi atirado pelos sucessivos governos militares e pela administração Sarney".

Eleições

Força total no dia 15

Veja aqui algumas orientações para que você possa contribuir com tudo nesses últimos dias de campanha

Estamos a apenas alguns dias das eleições e há muitas informações que os companheiros que se dispõem a contribuir com a fiscalização de votação e apuração devem ter conhecimento. Assim, o BN dedica esta página às instruções para auxiliar você a garantir ao eleitor o direito de votar livremente e ainda para assegurar os votos dos eleitores que acreditaram no PT.

Se você é representante do PT na função de fiscal de votação, sua primeira tarefa é apresentar-se cordialmente ao presidente da Mesa Receptora de votos onde você será fiscal. E também aos demais mesários e aos fiscais de outros partidos.

Fiscalizar a apuração das eleições é um direito assegurado por lei. Para isso precisamos de muitos fiscais em todas as urnas e em todos os períodos dos dias de apuração. Para ser fiscal de apuração não é preciso estar filiado ao PT. Porém devemos inscrever pessoas de confiança e que tenham alguma experiência nessa tarefa.

Votação

Cada Seção Eleitoral corresponde a uma Mesa Receptora de votos. Um presidente, primeiro e segundo mesários e dois secretários, além de um suplente, compõem a mesa.

Um único responsável pelos trabalhos é o presidente da Mesa. Ele é que deverá esclarecer dúvidas ou dificuldades. Também é o responsável pela numeração e pela rubrica das cédulas e deve zelar pela preservação das listas de candidatos.

As listas devem ficar dentro das cabines e dos recintos de votação, uma ao lado da outra na ordem numérica dos partidos, não podendo ser sobrepostas.

A seção eleitoral não poderá funcionar em propriedades pertencentes a candidatos, membros de diretórios partidários e policiais. Também não poderão fun-

cionar em fazendas ou qualquer propriedade rural privada. Se a Mesa funcionar em local não permitido a votação será nula.

Cada partido ou coligação pode nomear dois delegados em cada município e dois fiscais para cada Mesa (Seção Eleitoral) mas os delegados só poderão atuar um de cada vez. Nos municípios com mais de uma zona eleitoral poderão ser nomeados dois delegados por Zona. O delegado atua perante a Zona Eleitoral podendo percorrer as Seções enquanto o fiscal atua apenas na Seção.

Como fiscalizar

A atuação dos fiscais deve orientar-se no sentido de solucionar os problemas que surgirem, junto à Mesa, sem tumultos ou provocações, apresentando protesto ou impugnação se necessário. Os problemas mais graves devem ser comunicados aos delegados.

Os fiscais poderão proceder da seguinte maneira:

- havendo dúvidas quanto à identidade do eleitor, examinar seu título e documento de identidade. Considerando que o documento não seja verdadeiro o fiscal deve apresentar a impugnação por escrito antes do eleitor votar;
- assegurar que a cédula somente será rubricada após a identificação do eleitor;
- garantir que a cédula de votação não seja entregue a nenhuma pessoa. Ela deve ser depositada diretamente na urna pelo próprio eleitor;
- observar se o presidente da Mesa mantém as listas dos candidatos nas cabines e requerer a substituição das listas sempre que estejam rasuradas.

Preferência para votar:

- candidatos;
- juiz eleitoral da zona e seus auxiliares;
- eleitores mais idosos;

- doentes;
- mulheres grávidas.

Eleitores sem título

Se o eleitor estiver inscrito na seção e seu nome constar da folha de votação ele poderá votar sem título desde que comprove sua identidade através de qualquer documento. Nestes casos o eleitor deverá, após as eleições, pegar no Juízo Eleitoral de sua Zona uma certidão comprovando que ele votou.

Cédula

A cédula rasurada ou rasgada deverá ser trocada pelo presidente da Mesa que fornecerá nova cédula e inutilizará a primeira na frente dos presentes. Fornecer cédula assinalada ou marcada é crime eleitoral.

Impugnação

Impugnação é toda e qualquer discordância de algo que está ocorrendo no processo de votação e que necessita de providência imediata dos componentes da Mesa. Ela deve ser feita logo que o fato ocorrer. A Justiça Eleitoral deverá colocar à disposição dos fiscais e delegados folha de registro de impugnação, reclamações ou protestos, para a lavratura da ata.

Apuração

Cada partido ou coligação poderá credenciar até 3 fiscais por **junta** e se esta se subdividir em **turmas**, também 3 fiscais por turma. Os fiscais deverão procurar sua credencial com o coordenador do local e apresentá-la ao presidente da junta no início da apuração. Ele será responsável pela fiscalização de cada urna apurada, e para isso poderá proceder da seguinte forma:

- apresentar impugnação sempre que julgar necessário;
- recorrer da decisão da impugnação, quando julgar necessário;
- estar atento à contagem de votos e à escrituração

dos mapas e boletins de cada urna; d) assinar os boletins e mapas sempre que possível.

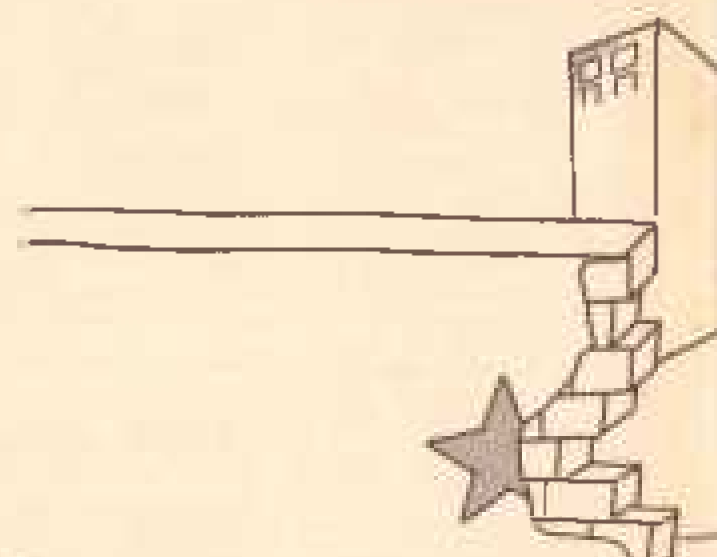
Os partidos ou coligações também podem credenciar mais de um delegado perante cada junta, entretanto, eles somente deverão atuar um de cada vez. Para ter acesso à junta e a todas as turmas o delegado só precisará exibir sua credencial ao presidente da junta.

Aberta a urna, a primeira medida a ser tomada será

dente da junta ou turma. Os fiscais deverão ficar atentos para exigir que todos esses votos sejam imediatamente carimbados para evitar que venham a ser marcados posteriormente.

Após essa primeira separação, serão contados os votos para cada cargo: primeiro prefeito e depois vereador. Serão nulos os votos para prefeito:

- quando forem assinalados nomes de dois ou mais candidatos;



conferir se o número de cédulas oficiais corresponde ao número de votantes. Havendo diferença entre estes números, a junta deverá verificar se houve ou não fraude. Tendo ocorrido fraude, a própria junta anulará a votação e recorrerá ao TRE. Caso contrário a apuração seguirá normalmente.

A lei eleitoral diz que à medida que as cédulas forem sendo abertas, serão examinadas e lidas em voz alta por um componente da turma, mas nem sempre isto ocorre. Elas podem ser separadas em montes. As cédulas totalmente em branco ou totalmente nulas serão carimbadas "em branco" ou "nulos" nos lugares correspondentes ao voto e serão rubricadas pelo presi-

b) quando a assinalação estiver fora do quadro próprio, tornando duvidosa a manifestação da vontade do eleitor.

Serão nulos os votos para vereadores:

- quando for dado o voto a candidato inelegível ou não registrado;
- quando o candidato não for indicado com clareza;
- quando for assinalado o número ou nome de mais de um candidato;
- quando o eleitor, não indicando candidatos, escrever duas ou mais legendas no espaço relativo à mesma eleição.

Se o eleitor assinalou, apenas, duas ou mais siglas partidárias que compõem uma coligação nossa, o fiscal deve tentar validar o voto. Bom trabalho!

Eleições

Orestes Maluf ou Paulo Quéricia

Metrô de São Paulo, 1.º de outubro: uma manifestação de servidores estaduais em greve é atacada por um grupo paramilitar, que espanca várias pessoas presentes. Os agressores trazem no peito um crachá de "convidado do Metrô".

Folha de S. Paulo, 16 de outubro: o chefe dos agressores, conhecido como Tarzan, é identificado como amigo de infância de Orestes Quéricia, membro da segurança não-oficial do governador e funcionário do governo paulista.

los contra pacíficos manifestantes da USP, Unesp e Unicamp em greve pela sobrevivência. Acusados de agredirem os cavalos, os grevistas foram reprimidos selvagemmente. Trata-se, definitivamente, de um governo forte.

Agressão a manifestantes. Ameaças telefônicas. Tumultos em comícios e passeatas. Ataques a sedes do partido e de movimentos sociais. Os métodos do gangsterismo estão de volta às cidades, pois no campo eles nunca saíram de moda. Perseguições, queima de la-

As evidências foram aparecendo e se acumulando e agora escancaram a verdade: em algumas regiões do país a UDR é hoje um braço político importante do PDT. É principalmente um comitê de finanças, uma articuladora de recursos para centenas de candidatos do PDT a prefeito, vice-prefeito e vereador indicados ou apoiados pela UDR, afirma em sua coluna na Tribuna de Imprensa, do Rio, o jornalista ex-PDT Sebastião Nery.

E vai em frente:

A partir daí ficam claras algumas situações políticas aparentemente estranhas. A deputada estadual do Rio Grande do Norte e candidata derrotada à prefeitura de Natal em 85, Wilma Maia, mulher do governador biônico Lavoisier Maia, até hoje presidente do PDS, e prima do prefeito biônico José Agripino Maia, líder do PFL/RN, alugou, de repente, a legenda do PDT e fez uma aliança PDS-PFL-PDT para disputar novamente a prefeitura de Natal. Não é um saco de gatos, é um buraco de ratos!

No dia 7 de setembro, em entrevista à Folha de S. Paulo, Ronaldo Caiado declarou que os bilhões arrecadados pela UDR eram destinados a financiar candidaturas a prefeito e vereador apoiados pelos parlamentares que na Constituinte votaram contra a reforma agrária. Entre outros nomes citou o de Wilma Maia. Ela não chegou a desmentir o presidente da UDR, mesmo porque já havia embolsado o sujo dinheiro bovino que impediu o Brasil de ter uma reforma agrária.

O deputado federal Ismael Wanderley do PMDB contou a história toda: "A UDR mandou seu emissário, o deputado do Acre, Narciso Mendes — coordenador da UDR no Norte/Nordeste e homem de confiança de Caiado em to-

No vale-tudo das eleições

da região para as missões mais confidenciais —, para trazer a ajuda financeira ao PDT, PDS e PFL.

Segundo Caiado, a UDR garante a eleição desses prefeitos, mas quer em troca a defesa de suas posições na votação de leis ordinárias de interesse dos produtores rurais. Também declarou que a entidade vai apoiar um candidato a presidente da República que apresente um projeto que se identifique com a UDR, mas primeiro é necessário passar pelas eleições para prefeito e vereador.

Censura

Por mais de uma vez o programa de TV do PT em São Paulo foi censurado. O argumento: o programa não fazia propaganda, mas tentava criar antagonismos entre a Polícia Militar e a população.

O PT recorreu da sentença ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que, na

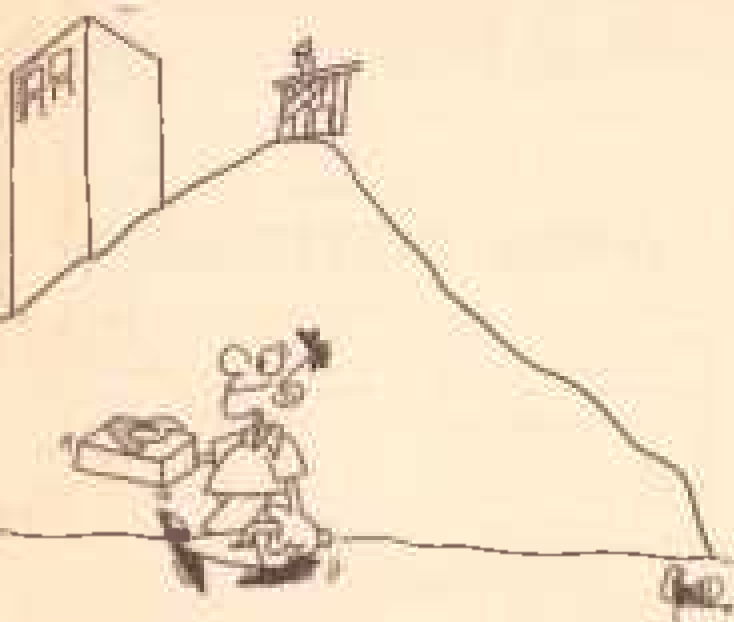
terça-feira, dia 25 de outubro, julgou o recurso e o indeferiu por 4 a 3 votos.

Entretanto, os companheiros Plínio Arruda Sampaio e Otávio Dutra já estão com a ação de inconstitucionalidade preparada para ser apresentada ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

Punição

Por contrariar a proibição da Arquidiocese de candidatar-se à prefeitura de Camaragibe (PE) pelo Partido dos Trabalhadores, o sacerdote da Ordem do Sagrado Coração de Jesus, Luís Carlos Marques de Souza, recebeu do arcebispo de Olinda e Recife, d. José Cardoso Sobrinho, a penalidade canônica de suspensão das atividades religiosas por tempo indeterminado.

O padre Luís Carlos ainda tentou falar com o arcebispo antes de ser aplicada a punição, mas não foi recebido.



Quéricia malufou mesmo. Quem não se lembra do incidente da Freguesia do Ó, em 1980, quando um protesto contra Maluf foi brutalmente reprimido por um grupo de policiais à paisana? O chefe dos agressores chamava-se Kojak.

O episódio do Metrô Paulista é apenas um dos diversos atos de agressão contra militantes do partido, sindicalistas e membros dos movimentos populares que têm ocorrido neste último período. Nunca é demais lembrar o mais recente, mostrado à exaustão em todos os canais de TV. A Polícia Militar investiu com bombas, cassetetes e cava-

vouras, espancamentos, emboscadas e assassinatos de líderes rurais são uma rotina.

Os petistas devem levar isto em conta. Hábitos como os de organizar a segurança de nossos eventos, proteger nossos candidatos e nossas sedes precisam fazer parte das preocupações cotidianas.

Isto ganha maior relevo quando recordamos que em 1989 o Partido realizará uma campanha nacional para eleger Lula presidente da República. E 1988 está mostrando que 1989 não será feito apenas de calúnias, difamações, boicotes e luta política. (VP)

O caráter do PT, debatido por Francisco Weffort, Wladimir Pomar e Tarso Genro, e mais Frei Betto, Eder Sader (por Marco Aurélio Garcia), Olívio Dutra, Hamilton (Pedro Terra) Pereira, Victor Buaiz, e muito mais, na edição n.º 4 da revista Teoria & Debate.



TEORIA E DEBATE

Os pedidos podem ser feitos via diretórios ou diretamente ao Departamento de Circulação do PT.

av. 11 de junho 260,
04041 São Paulo - SP

Assinando a revista, pode-se solicitar a edição n.º 4. Basta seguir as instruções do cupom ao lado.

Sucessão presidencial

Procura-se um candidato

Da direita. Para barrar o visível crescimento da candidatura Brizola e do PT. Mas insinuam-se manobras para cancelar as eleições do ano que vem

Marco Aurélio Garcia*

A previsão política tem se revelado sempre um perigoso exercício que fez naufragar inúmeras reputações. Esta constatação tem especial validade para as próximas eleições presidenciais. Quem se animará a prever o desfecho de um processo eleitoral que deverá culminar daqui a 17 meses, num país cuja inflação está próxima dos 30% mensais podendo chegar rapidamente aos 2.000% ao ano? Como especular sobre o futuro, quando ao lado da crise econômica, e como consequência dela, o país mergulha em uma crise social e política sem precedentes? A figura melancólica e ao mesmo tempo ridícula de um presidente totalmente despreparado para o exercício do cargo, ceifado por uma corte de aproveitadores, acentua a situação de desgoverno, que se combina perigosamente com uma crescente pauperização dos assalariados, agravando o já crônico quadro de miséria do país. Neste universo de incertezas tudo pode acontecer. O terreno para as aventuras está semeado e não faltam aventureiros para colher os frutos.

Mas talvez o elemento mais grave desta crise é que ela acabou por infundir em vastos setores da sociedade - sobretudo nas camadas mais pobres - um sentimento de lassidão, de desconfiança para com a política e com os políticos.

O agravamento da situação econômica e a correspondente deterioração do quadro político têm sido responsáveis por uma série de propostas que, à direita e à esquerda, buscam modificar o processo sucessório. Não parecer haver mais dúvida, no entanto, quanto à gravidade da decisão do Congresso Constituinte de ter concedido cinco anos de mandato para José Sarney. A história poderá julgar

mais brevemente do que se espera aqueles que resolverem contrariar a vontade popular em troca de concessões de canais de rádio, TV e outras prebendas.

Movimentação

A direita, aterrorizada pelo fantasma de uma vitória de Brizola e/ou pelo crescimento espetacular do PT já nas eleições municipais, começa a apostar no cancelamento das eleições e em outras fórmulas. O governador Newton Cardoso, por exemplo, defendeu abertamente a incompatibilidade das eleições com a inflação, enquanto aparecem artigos na imprensa dizendo que a única luz no fim do túnel é o Urutu, num claro apelo à intervenção militar.

No campo da esquerda e das forças democráticas articulam-se várias alternativas. A mais clara, vocalizada pessoalmente pelo Lula (ver reportagem na pág. 3), é a antecipação das eleições para o começo de 1989. Outros setores formulam teses que vão da realização de um plebiscito à adoção do parlamentarismo.

Outras áreas apostam na realização de um pacto social que reverta a inflação e crie mínimas condições de estabilidade política para o perfeito desenrolar do pleito. A viabilidade de tal acordo esbarra, no entanto, na absoluta incapacidade das classes empresariais em aceitar sacrifícios, de vez que pouco ou nada se pode pedir às classes trabalhadoras. Da mesma forma, o governo carece de legitimidade e, portanto, de autoridade, para adotar medidas necessárias no plano fiscal - taxação de especulação financeira, fim dos subsídios, entre outras - que permitissem reduzir substancialmente o déficit público, isto para não falar de sua absoluta ausência de possibilidade de pôr um fim à sangria que representa o pagamento



Ulisses Guimarães, candidato da esquerda.

Candidatura Lula

1989: uma campanha

Francisco Weffort*

Diante da campanha de 1989, para a Presidência da República, as que fizemos, até agora, têm que ser entendidas, sobretudo, como ensaios. Longe de mim a idéia de diminuir a importância das nossas campanhas passadas. Mais longe ainda a idéia de diminuir a significação da nossa atual campanha municipal. Mas a verdade é esta: diante do que deve vir em 1989, nossas campanhas passadas são ensaios, preparativos para algo maior e mais decisivo.

Sabemos que, em um partido como o nosso, nem tudo se resume a fazer campanhas eleitorais. Mas até onde campanhas eleitorais são importantes para a luta dos trabalhadores, nenhuma o é mais do que a Presidência da República, sobretudo depois de definido, na Constituição, o presi-

dencialismo como regime de governo. E, dentre as campanhas para a Presidência que devem vir nesta nova etapa da história política brasileira, difícil imaginar alguma que possa vir a ser mais importante, para o país e, em particular, para os trabalhadores, do que a de 1989.

A campanha de 1989 pode vir a ser, para o PT e para os trabalhadores em geral, muito mais do que uma simples campanha eleitoral. Em primeiro lugar, será a primeira medida de nossa força real. Depois de todas as nossas experiências de luta social e política desde 1980, seremos chamados a mostrar, em uma disputa nacional pelo governo, o quanto acumulamos em capacidade de organização e de poder popular. Em segundo lugar, será a nossa primeira oportunidade de apresentarmos as nossas propostas em uma disputa real pelo governo do país. Desde 1980, será a

primeira vez, numa disputa nacional pelo governo federal, em que teremos oportunidade de dizer a que viemos como partido político.

Mas há algo ainda mais importante. Nasceu das lutas reais dos trabalhadores, a história do PT lança raízes na atual etapa da história do país. Nossos quase dez anos de existência como partido podem ser vistos também como uma resposta dos trabalhadores a estes quase dez anos de crise que o país vive desde 1980. Além disso, nossos quase dez anos de existência coincidem com uma fase decisiva da luta de resistência democrática. Menciona-se, em particular, a campanha de 1984 pelas diretas, campanha extraordinária que mais do que reivindicar apenas uma eleição reivindicava um regime de governo do povo pelo povo, ou seja a própria democracia política.

Mais do que uma simples campanha eleitoral,

da dívida externa. Só lhes restará algumas soluções técnicas que implicarão necessariamente em novo archo salarial, o que dificilmente será aceito pelos trabalhadores, como revelam as greves que se multiplicam.

Este quadro já vinha se desenhando há algum tempo. Ele tem como componente fundamental a crise que a direita e o centro enfrentam para disputar com êxito a sucessão de Sarney. Ainda que seja difícil imaginar o cenário das eleições de 1989, não cabe dúvidas que dois fenômenos estarão desde agora assegurados: uma fortíssima presença do Partido dos Trabalhadores, impulsionado pelos êxitos que deverá ter em novembro/88 e pelo indiscutível apelo da candidatura Lula, e o poder de atração que a candidatura Brizola está exercendo desde agora. Independentemente dos acordos que venham ou não a ser estabelecidos entre o PT e o PDT, questão que não está atualmente na ordem do dia, os dois nomes configuram um forte pólo de esquerda na

sociedade brasileira. Esta é uma situação sem precedentes em nossa história republicana. Pela primeira vez uma eleição presidencial poderá se polarizar em termos de esquerda x direita, independentemente da avaliação mais fina que se possa fazer da candidatura Brizola. O que importa é que ele aparece aos olhos de grandes setores populares como uma candidatura de esquerda, isto é, comprometida com um programa radical de mudanças. Este pólo de esquerda poderá vir a ser reforçado com a candidatura de Mário Covas, se o PSDB abandonar suas veleidades de composição com o empresariado "moderno" e, sob a pressão de suas bases mais à esquerda, optar por uma ênfase mais popular em sua intervenção, como vem ocorrendo em Porto Alegre ou Vitória, para citar dois casos.

Jânio e Ulysses

No campo da direita e do centro as coisas se complicam. Deixando de lado soluções "heterodoxas" do tipo Sílvio Santos, as alterna-

tivas restantes, Aureliano, Jânio Quadros ou Ulysses, apresentam tanto vantagens quanto desvantagens. O mesmo se aplica para soluções do tipo Quêrcia ou Newton Cardoso.

Jânio, uma fortíssima alternativa, talvez a única de peso da direita, é um nome excessivamente conflitivo que terá grandes dificuldades para costurar uma aliança mais ampla. Ele se choca com as pretensões de Ulysses Guimarães, que dispõe de forte controle do PMDB. Não está descartado, porém, que venha a disputar e, se isso ocorrer, chegue ao segundo turno. Sua força estará diretamente ligada a seu apelo autoritário de "restabelecimento da ordem", o que terá acolhida em um país mergulhado no caos econômico, social e político.

A candidatura Ulysses não é desprezível. Mas navega em um mar de incertezas e ambigüidades. Ela ganhou força particular após a promulgação da Constituinte, tanto é assim que setores claramente identifica-

dos com a direita começam a atacá-la, como é o caso de Antônio Carlos Magalhães. Mas Ulysses terá grandes dificuldades em compatibilizar sua condição de homem de governo - "condesável da Nova República" - com a necessidade de um discurso oposicionista que corresponda ao sentimento da imensa maioria dos eleitores. Talvez sua grande chance venha a ser uma tentativa exitosa de grande entendimento nacional, o que seria um capítulo desta interminável transição conservadora. As classes dominantes, se conseguirem anestesiarem setores populares com um pacto de efeitos econômicos imediatos, poderiam encontrar em Ulysses um novo Tancredo, capaz de barrar o caminho de Brizola e do PT.

Tarefas do PT

Dentro deste quadro, coloca-se para o PT uma questão fundamental. A candidatura de Lula, cujo peso no processo sucessório está desde agora garantido, não pode, porém, conten-

tar-se com um papel meramente propagandístico. O PT e seu candidato devem apresentar-se munidos de um consistente programa de governo que abra com clareza para a sociedade brasileira não somente a perspectiva de atacar seus problemas imediatos como de iniciar um amplo projeto de reformas econômicas, sociais e políticas de médio e longo prazo. Este projeto, que responderá centralmente aos interesses dos trabalhadores das cidades e dos campos, deve conter claras indicações para outros setores da sociedade sobre o modelo sócio-político buscado. No programa do PT devem estar assinalados explicitamente os pontos que interessam às camadas médias e o tipo de tratamento que se pretende dispensar aos distintos setores do empresariado. O fato de não se buscar uma aliança com eles não significa tentar (ou deixar que se suponha isso) uma estratégia de choque frontal.

*Professor do Depto de História da Unicamp

decisiva

a campanha do PT para a Presidência da República, em 1989, será a experiência de síntese - e como tal decisiva para nossa formação como partido -, de afirmação de nossas perspectivas de saída da crise econômica, de luta pela construção da democracia política e de nossa identidade política e ideológica como partido. É este o grande desafio que nos reserva o ano de 1989 e é para enfrentá-lo que nos preparam todas as nossas experiências atuais e passadas. Se formos capazes, como certamente o seremos, de resolvê-lo com êxito, estaremos inaugurando uma nova etapa na história da luta e da organização dos trabalhadores, na construção da democracia política e abrindo novas perspectivas para a transformação da sociedade brasileira.

*Membro do Diretório Nacional



O abraço da virada

Entre seis mil e sete mil pessoas atenderam ao chamamento do PT para "abraço o Paço" de São Bernardo do Campo, dia 28 de outubro, numa antecipação simbólica do que seria a conquista da Prefeitura local pelos nossos candidatos Maurício Soares e Djalma Boin. A manifestação, depois reeditada na vizinha Santo André, foi uma das maiores que o partido realizou nos últimos meses, mobilizando militantes sindicais, donas de casa, jovens, crianças, trabalhadores das fábricas da região e populares em geral.

Mais do que suas repercussões eleitorais imediatas, o "abraço" recolocou o PT em seu ambiente mais favorável - as ruas -, impulsionando também a própria campanha à Presidência com o Lula, a maior atração do ato junto com Maurício e Djalma.

Constituição

Mais poder para legislar

O deputado Plínio Arruda Sampaio mostra como o Legislativo ganhou poderes na nova Constituição. O que também valoriza o papel dos vereadores



Plínio Arruda Sampaio no Congresso Nacional

Desde 5 de outubro passado, quando entrou em vigor a nova Constituição, o presidente da República não pode mais governar por decreto-lei. Os deputados e senadores passam a dividir parte das responsabilidades de administrar o país com o Executivo. Quais são estas novas responsabilidades? Qual o seu significado para a luta dos trabalhadores? Como o PT pode tirar proveito dessas mudanças?

No dia 20 de outubro, o editor do BN, Cícero Araújo, entrevistou Plínio Arruda Sampaio, do PT de São Paulo, para responder a estas questões. A seguir, os principais pontos da conversa.

BN - Como fica o Poder Legislativo com a nova Constituição?

Plínio - Toda democracia burguesa moderna se funda na teoria da divisão dos três poderes, de Montesquieu (Charles Louis de Secondat ou Barão de Montesquieu, pensador francês do século XVIII): Executivo, Legislativo e Judiciário. Ao longo do tempo, essa divisão foi se aprimorando, com o Le-

gislativo avocando para si uma série de atribuições.

O modelo centralizador e autoritário imposto pelo golpe militar de 64 desfigurou esse poder no Brasil. Uma série de medidas foram tomadas para acabar com suas prerrogativas (que agora foram restabelecidas).

BN - Quais foram estas medidas?

Plínio - A primeira delas é que o governo passou a governar através de decretos-leis que eram aprovados por decurso do prazo: uma vez editado, entrava imediatamente em vigor e tinha um prazo para ser votado no Congresso. Passado esse prazo, tornava-se lei. Ora, isso descaracterizou completamente o Congresso. Por quê? Porque o Legislativo é, em tese, o lugar onde se representa a maioria e a minoria da Nação; o Executivo representa apenas a maioria. O Congresso tem todas as facções representadas, salvo as extremamente minoritárias.

Qual a racionalidade desse sistema? É que, havendo maioria e minoria, você tem um debate, que é acompanhado pela opinião pública.

O debate público faz com que as razões do governo e as razões da oposição sejam confrontadas, daí saindo a decisão. Isso possibilita que a minoria influencie a maioria: ela pode não aprovar sua própria lei, mas tem muito poder para modificá-la.

Isso não aconteceu com a instituição do decreto-lei. O decreto-lei esvaziou o plenário, pois era interessante para o governo que seus deputados não comparecessem às votações.

BN - Mas você acha que a Constituição agora garante a expressão do que é maioria e do que é minoria? Há muitas críticas quanto à sobre-representação dos estados menos populosos do país...

Plínio - A distorção no Brasil é mais grave: a maioria do povo é minoria no Parlamento; e a minoria no Parlamento é maioria no povo. Isso porque, entre outras coisas, a legislação eleitoral no Brasil é falha, coisa que de fato a Constituição não solucionou cabalmente. Melhorou mas não resolveu.

Mas eu estou falando do modelo parlamentar em te-

se: uma vez estabelecida uma maioria e uma minoria dentro do Congresso, há o confronto de opiniões. Esse confronto pode aumentar a influência da minoria na opinião pública e estimular a rotatividade do poder.

Continuando: a segunda medida imposta pela ditadura foi a restrição à possibilidade de os deputados modificarem o orçamento do Estado. O Legislativo se limitava a homologá-lo, pura e simplesmente. Agora isso acabou: nós podemos alterar o orçamento; tirar gastos de um item e passar para outro; suprimir um item de despesas e criar outro etc.

A terceira medida foi a inibição do poder fiscalizador dos parlamentares sobre os outros poderes. Para começar, você tinha um limite para fiscalizar: só se podia instaurar três CPI's (Comissões Parlamentares de Inquérito) por ano. E elas não podiam se instalar fora de Brasília. Com a Constituinte, esse poder foi plenamente restabelecido: há tantas CPI's quantas forem as denúncias de abuso e de corrupção.

Em quarto lugar a ditadura retirou a capacidade do Congresso de influir nos tratados internacionais e nos acordos de endividamento externo. Ele apenas homologava os acordos feitos pelo presidente da República. Agora o Congresso tem de aprovar tudo. Também não se fazem mais acordos com os credores externos sem discuti-los no Congresso, que passa a intervir diretamente na sua contratação.

BN - Apesar de a Constituição ter formalmente garantido mais poderes ao Congresso, há muitas dificuldades para viabilizá-los. Basta ver as manobras do consultor-geral da República, Saulo Ramos, para tornar inócuas essas conquistas, para não dizer as da Fiesp e de setores do Poder Judiciário. Ou seja, continua gritante a defasagem entre o país legal consagrado no texto constitucional e o país real. Como romper com isso?

Plínio - O que está havendo é o seguinte: os setores da comunidade de segurança, os setores do golpe que hoje estão enquistados no governo, nas Forças Armadas e em setores da própria imprensa, não suportam a nova Constituição e estão procurando, através de uma campanha de propaganda, criar um clima de que a Constituição não vai ser cumprida.

Quanto à defasagem entre o Brasil legal e o Brasil real, isso para mim é um traço cultural desse país. A Constituição não vai corrigi-lo. O que corrige isso é a luta política: é conscientização, é organização do povo; é sindicato, sociedade de bairro, partido político. A Constituição pode, contudo, ser um instrumento útil para ajudar a quebrar essa defasagem. É um instrumento melhor do que tínhamos antes.

Concordo que a Constituição ainda é burguesa e conservadora. Mas, como você vê, nem ela o capitalismo brasileiro é capaz de tolerar.

Economia

Os responsáveis pela inflação

O governo ainda não sabe como combater a alta dos preços, mas todas as alternativas pensadas pelo Planalto convergem num ponto: desvalorizar ainda mais os salários

Sérgio Sister
Cláudio Cerri*

No final de outubro, o governo ainda não tinha um projeto definido de combate à inflação. O que havia era um amontoado de propostas de diferentes segmentos do próprio governo, do empresariado e de livres atiradores da economia que convergiam, com certeza, num único ponto: maior desvalorização dos salários. Que é, aliás, a maneira tradicional de transferência de rendas no Brasil: quando aumentam os custos das empresas, seja de carga tributária, seja de matérias-primas, seja de financiamento ou de qualquer outra coisa, elas carregam logo nos preços; e se isso não é suficiente, pregam mudanças na política salarial para economizar na remuneração da força de trabalho.

A mais recente novidade é a otenização de salários e preços. O que aparentemente não é nada mal. É só lembrar que, em 12 meses, os reajustes acumulados pelas URPs estão cerca de 60% abaixo da inflação — e das OTNs — do período. Ocorre que a intenção de vastos setores do governo e do empresariado é, primeiro, de otenizar salários não pelo valor da última OTN, mas a partir de uma média dos últimos três meses. E, depois, aplicar um redutor. Os reajustes, a partir de então, seriam feitos com base numa estimativa de inflação em queda. Por exemplo: se a variação de novembro foi de 28%, os reajustes de dezembro seriam de 19% ou 20%.

Inflação e superávit

Vamos admitir que esse seja o último sacrifício dos trabalhadores e que a partir daí tudo estará normalizado. O problema é que se trata de mais um sacrifício sem consequências futuras interessantes. Aquilo que mais influencia os preços no momento, fica de fora das medidas.

Uma das maiores pressões inflacionárias nos últimos meses se origina nos gigantescos superávits comerciais do país. Quando uma empresa exporta, ela não só reduz a oferta de seus produtos dentro do Brasil, como ainda acaba produzindo excesso de oferta monetária. Pois o governo tem que emitir mais cruzados para remunerar os exportadores que faturaram em dólares. Essa política visa, como se sabe, arranjar os dólares para o pagamento da dívida externa. As autoridades não mostram o menor sinal de mudança de orientação. Ao contrário, o presidente José Sarney enaltece o fato como um grande feito de seu governo.

É da mesma forma inflacionário o processo de conversão da dívida externa do país. Ao invés de utilizar recursos externos para investimentos, o governo permite a saída de dólares — pelo mercado paralelo ou através do subfaturamento das exportações — injetando volumes proporcionais de cruzados no mercado.

Outra fonte de inflação encontra-se no próprio governo. De um lado, através da concessão de pesados incentivos fiscais e subsídios, de duvidosa eficácia social. Não subsídios à alimentação, moradia e saúde do povo. Mas subsídios e incentivos ao próprio empresariado para, entre outras coisas, exportar mais. Fora os benefícios particulares oferecidos à larga para correligionários e amigos que apoiaram os cinco anos de Sarney e as obras públicas eleitorais dos governos federal, estaduais e municipais.

Para tentar controlar o grande volume de dinheiro em circulação — que evidentemente está nas mãos dos mais ricos — e ainda obter recursos para financiar seu déficit, as autoridades colocam no mercado



quantidades crescentes de títulos públicos. E pagam juros altíssimos. Isso, em vez de contribuir para o amortecimento dos preços, acaba se transformando em mais um fator de pressão inflacionária: aumenta os custos financeiros das empresas, que são depois repassados para os preços das mercadorias; aumenta os custos de financiamento das compras dos consumidores. O pior é que os próprios investidores ricos não estão muito confiantes nas aplicações em títulos públicos. Para não ficar muito dependentes do governo e com receio — justificado aliás — de que a qualquer hora seu dinheiro pode virar pó frente a uma alta excessivamente acelerada da inflação — eles começam a procurar outras alternativas. Investem parte de suas riquezas em imóveis, ações, dólar no câmbio paralelo, ouro, estoques de matérias-primas e outras mercadorias, fazendo os preços voarem ainda mais.

Inconsistência

É o caminho da hiperinflação, que o governo pretende ver barrado apenas com a otenização e aplicação de um redutor, sem uma consistente virada na política de gastos públicos e

nas negociações da dívida externa. Mesmo os economistas mais conservadores não acreditam na eficiência das medidas: a) se tira poder de compra só dos salários, retrai a demanda interna do país, induzindo a um aumento mais expressivo de exportações com iguais consequências monetárias; b) se congela preços, além da saída exportadora, as empresas tendem a reduzir a oferta interna (elas não oferecem mercadorias com baixa margem de lucros); c) se aplica redutor sobre as

OTN em títulos e depósitos financeiros, os aplicadores fogem desses papéis e correm para mercadorias. É nessa confusão que crescem os rumores de nova intervenção dos militares. Sem competência para atacar as verdadeiras fontes de inflação e aumentar os investimentos do país, partem para o ataque contra o povo, reprimindo greves, grevistas e as organizações dos trabalhadores.

*Jornalistas de economia

Negócio milionário

Segundo o presidente do Banco Central, Elmo de Araújo Camões, neste ano o Brasil já conseguiu converter cerca de 6,5 bilhões de dólares da dívida externa. Foram realizados sete leilões nas bolsas de valores, que converteram mais de 1 bilhão de dólares. Outro 1,5 bilhão foi convertido diretamente através de duas portarias do Banco Central. E nada menos que 2 bilhões de dólares foram convertidos em operações informais, sem conhecimento prévio do BC.

A conversão informal da dívida funciona assim: uma empresa compra dólares no mercado paralelo, ou já possui dólares, e vai às Bolsas de Londres e Nova York e compra títulos da dívida brasileira, que estão cotados 50% abaixo de seu valor real. Traz os títulos para o Brasil e compra da empresa devedora em cruzados, pelos 100% do valor real, ou simplesmente converte em ações e vira sócio do antigo devedor. Um negócio da China.

Depois do plebiscito

A derrota da ditadura chilena no plebiscito de 5 de outubro abre o caminho para a democracia. Mas há riscos de um pacto entre a oposição burguesa e os militares, excluindo os trabalhadores

Emir Sader*

O golpe militar no Chile surgiu como uma reação contra-revolucionária ao governo de Salvador Allende, que pretendia, pela via institucional, instaurar um governo socialista no país.

O movimento dirigido pelo general Pinochet enfrentou um conjunto de forças com ideologia socialista e programa marxista, buscando então refúgio diretamente no fascismo para combatê-lo, sem o disfarce liberal que a ditadura assumiu no Brasil. O Congresso foi fechado, os partidos dissolvidos, o registro eleitoral queimado, com o regime declarando que introduziria um novo tipo de sistema político.

Pinochet e a alta oficialidade das Forças Armadas chilenas se apoiaram na grande burguesia, que havia começado a perder os anéis e já também alguns dedos, em setores amplos das camadas médias — congregadas na Democracia Cristã (DC) e sua ideologia anticomunista —, na sustentação direta do governo norte-americano e de outros governos aliados, entre os quais se situou o brasileiro. Depois de impor sérios reveses à esquerda e ao movimento de massas mediante a força de sua repressão exterminadora, o regime militar conseguiu, a partir de 1978, pela introdução do modelo ortodoxo da Escola de Chicago, impor um certo ritmo de expansão econômica. Esta, no entanto, se baseou centralmente na abertura do mercado chileno à quase livre importação (impostos de 15%), que significou a liquidação da indústria nacional, com desenvolvimento intermediário entre os países da América Latina. O Chile retornou a seu papel primário-exportador, baseado no co-

bre e derivados, frutas naturais e enlatadas, madeira, peixes e vinho.

Reorganização

Uma economia tão vulnerável quanto essa foi brutalmente afetada pela nova recessão internacional do começo da década de 80, agora multiplicada em seus efeitos pela total abertura ao mercado internacional e pelo maior endividamento *per capita* do mundo, realizado pela ditadura pinochetista. O crescimento posterior, que se prolonga até hoje, tem como parâmetros os níveis baixíssimos atingidos pela economia nos primeiros anos da década, ficando mais baixos que os que tinha antes do golpe militar.

A reorganização dos partidos de esquerda — particularmente o Partido Comunista e seu braço armado Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR) e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) — numa linha de resistência armada, valendo-se do clima social conturbado pela crise, possibilitaram o desenvolvimento das chamadas "jornadas combativas", desenvolvidas a partir de 1982. Elas canalizaram o espírito combativo de um movimento de massas que manteve sempre níveis de organização e de atuação não conhecidos nos outros países do Cone Sul.

Essas jornadas não conseguiram, contudo, acumular a força política e militar necessária para desestabilizar a ditadura e abrir caminho para sua derrubada. Conforme se aproximava a data de convocação do plebiscito, previsto pela Constituição feita aprovar pelo regime pinochetista para se legitimar, a oposição burguesa, dirigida pela Democracia Cristã, aliada a partidos de centro-direita, des-



Chilenses celebrando no rua, para fazer transição à democracia

mento do regime militar, e com setores moderados da esquerda, especialmente frações do Partido Socialista, começava a sensibilizar as forças políticas para sua participação institucional.

Ela se materializou na inscrição dos eleitores, timidamente no começo, maciçamente depois, fazendo com que a própria esquerda percebesse o potencial que a nova conjuntura apresentava. Embora tardiamente, o PC e o MIR chamaram também a votar *não* no plebiscito de 5 de outubro último.

Perspectivas

Apesar da fraude, o governo teve de reconhecer

sua derrota. A oposição burguesa, interessada também em uma vitória não muito ampla, não questionou os dados fraudulentos, para poder argumentar que a força do regime a obriga a negociar e a buscar um pacto conciliatório.

Inicialmente parecida com a transição uruguaia, porque aberta com uma derrota em um plebiscito convocado pelo próprio regime, a transição chilena tem fatores complicadores que podem levá-la a uma nova e trágica versão da transição brasileira — longa e tutelada militarmente — ou então de impasses e enfrentamentos generaliza-

dos. A intransigência de Pinochet e a força da esquerda e do movimento de massas contam contra um pacto conciliador. A disposição negociadora e mesmo capituladora da DC e seus aliados jogam a carta de uma transição pactada, a partir de um acordo com as Forças Armadas, sem Pinochet, mas com exclusão da esquerda marxista. Os próximos meses dirão que alternativa tende a triunfar, antes ainda das eleições presidenciais de dezembro do ano que vem.

*Professor do Depto de Ciências Sociais da USP

onal

A política em alta

Pinochet não contava com a extraordinária consciência política dos chilenos quando, oito anos atrás, marcou o plebiscito que agora deu a vitória ao não

Salomon Dymyrowicz/54



Igor Fuser*

Os 15 anos de ditadura não conseguiram apagar um traço que distingue os chilenos da maioria de seus vizinhos sul-americanos: são um povo altamente politizado. É o que se podia constatar, às vésperas do plebiscito, em qualquer conversa de rua. Todos tinham uma opinião definida e um raciocínio coerente para justificá-la — da balconista de uma farmácia da Alameda O'Higgins, a principal avenida de Santiago, que anunciava sem medo sua intenção de votar contra o governo ("quero viver numa democracia") ao mo-

torista de táxi receoso de que "os comunistas voltem ao poder" e que, por isso, optou pelo sim.

Pinochet não contava com a extraordinária consciência política dos chilenos quando, oito anos atrás, armou uma armadilha para si próprio ao marcar a consulta popular de 5 de outubro último. Só quatro dias antes, no sábado anterior ao plebiscito, o general percebeu que ia perder e tentou virar a mesa adiando a votação. Mas teve de recuar diante da divisão dos militares — os comandantes da Força Aérea e dos Carabineiros se opuseram ao golpe — e da pressão dos Estados Unidos. O povo foi às ur-

nas, maciçamente, e disse um sonoro não, pelo placar de 55% a 43%, à pretensão de Pinochet em ficar mais oito anos no cargo.

Também a oposição, ao aceitar o jogo de "tudo ou nada" proposto pelo ditador, bancou uma aposta de altíssimo risco. Participar do plebiscito — ou seja, usar as próprias regras impostas pelo regime para apressar o seu fim — significava acatar a legitimidade de um resultado imprevisível. Enquanto Pinochet vinha se preparando para o teste das urnas desde o fracassado atentado que sofreu em 1986, os opositoristas só conseguiram superar suas divergências em fevereiro deste ano. Foi quando se formou — para surpresa no Palácio de La Moneda, a sede do governo — a mais ampla coligação em toda a história do Chile: a aliança de 16 partidos pelo não, reunindo desde a ala esquerda do Partido Socialista até pequenas agremiações de centro-direita. A grande exceção, na época, foi o Partido Comunista, que mesmo na clandestinidade permanece como uma das forças mais expressivas da esquerda. Dividido internamente, só em junho o PC chamou seus militantes a trabalhar pelo não.

Desagregação

Uma frente tão heterogênea conseguirá se manter unida após o plebiscito? Esse é o grande desafio da fase que se inicia. Pinochet, esculpido na Constituição feita sob medida para ele mesmo, não mostra o menor desejo de deixar o palácio antes de março de 1990, data prevista para a posse do presidente a ser eleito no final do ano que vem. Cogita, mesmo, concorrer a um novo mandato. Mas, no momento, é o regime quem sofre a ameaça de desagregação. As fissuras nas Forças Armadas se alargam e já

há quem se disponha a negociar com a oposição um prazo mais curto para as eleições. Na área civil, o partido de direita mais importante — a Renovação Nacional — rejeita o continuísmo e articula o nome de seu cacique, Sergio Onofre Jarpa, um ex-ministro de Pinochet, para a sucessão.

Candidato da oposição

A oposição, em contraste, caminha para lançar um candidato de unidade, que sairá, provavelmente, das fileiras da Democracia Cristã. Com maior ou menor entusiasmo, os partidos de esquerda tendem a endossar essa alternativa. O motivo mais imediato é o exposto por Ricardo Lagos, um antigo assessor de Allende que — orador brilhante — se projetou na campanha do plebiscito como o inimigo número um de Pinochet, mas descartou sua indicação argumentando que um candidato socialista não conseguiria unificar o amplo leque dos que se opõem à ditadura.

Pesam ainda, contra uma candidatura de esquerda, dois outros fatores. O primeiro é a resistência dos militares, uma sombra que deverá pairar ainda por muito tempo sobre o cenário político. O outro é o temor, presente em boa parte da população, de uma volta aos dias agitados da Unidade Popular. Uma preocupação, de qualquer maneira, desnecessária a esta altura do campeonato. Se há hoje algum ponto de consenso entre a esquerda, aí incluída o PC, é o de que a tarefa, depois que Pinochet sair de cena, não será o socialismo, e sim a consolidação da democracia tão duramente conquistada.

*Subeditor de Internacional da revista Veja

**Igor cobriu o plebiscito chileno pela revista Veja

Informes

Nasce o MDP

O Paraguai possui, desde setembro, uma nova organização política. Após meses de intensas discussões entre diversos setores sociais, populares e políticos foi criado oficialmente o Movimento Democrático Popular (MDP). O MDP surgiu a partir das experiências sindicais e populares que não encontraram nos partidos existentes uma alternativa válida para suas reivindicações democráticas e de transformação social.

O MDP se compromete a "lutar por uma solução histórica dos problemas nacionais e populares, para acabar com o regime oligárquico e pró-imperialista e pôr fim à dependência e ao atraso que condenam nosso povo a viver na pobreza". Para que esta luta tenha resultado, o Movimento Popular Democrático propõe aos diversos setores sociais e políticos que reivindicam a democratização do país uma "unidade de ação, sem discriminações, para conquistar o espaço político necessário que beneficie as classes populares".

O ato de lançamento do MDP contou com a participação do deputado estadual Ivan Valente (PT-SP) que representou o Partido dos Trabalhadores, além de representantes do Uruguai e da Argentina.

Colômbia

Plínio Bernal, dirigente da União Patriótica, da Colômbia, encontrou-se com a Secretaria de Relações Internacionais do PT no início deste mês. Plínio veio ao Brasil para participar do VII Encontro Nacional de Solidariedade aos povos da América Latina. Apresentou um relato alarmante da situação dos direitos humanos em seu país. Quinhentas pessoas são assassinadas mensalmente por motivos políticos, e o governo, dito "democrático", encombre a ação militar e "paramilitar", que visa o aniquilamento de toda a oposição.

Movimentos

As armadilhas do pacto

A CUT não mordeu a isca jogada pelo governo: vai continuar negociando com os empresários, tem propostas contra a inflação, mas é contra fazer acordos sob pressão de uma crise pela qual não é responsável

Paulo de Tarso Venceslau*

Seguindo a orientação aprovada em seu 3º Congresso Nacional, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) comunicou ao Comitê de Empresários, no dia 24 de outubro, a decisão de não participar de qualquer pacto social e, portanto, de não comparecer às reuniões tripartites (governo, empresários e trabalhadores) nas quais se discute um "pacto antiinflacionário".

Em lugar disso, a CUT propôs, e foi aceita pelos representantes patronais, dar continuidade aos contatos e discussões bilaterais para negociar uma pauta cujos pontos centrais são a reposição das perdas salariais; reajuste mensal de salários baseado na taxa de inflação; estabilidade no emprego; liberdade de organização sindical nos locais de trabalho; unificação das datas-base e reforma agrária. As reivindicações fazem parte de um Contrato Coletivo de Trabalho, de âmbito nacional, que contém propostas de combate à inflação, deixando claro que não se corta a inflação sem uma política de não pagamento da dívida externa.

Hiperinflação

Independente das conversações, o fato é que a inflação ameaça sair do controle a qualquer momento, avançando o sinal da hiperinflação. Há divergências sobre a velocidade da inflação, mas é consensual que, se não forem tomadas medidas de urgência, a economia caminhará para a hiperinflação.

Se isso ocorrer, toda a sociedade será atingida de uma forma ou de outra e, mais uma vez, os trabalhadores arcarão com maiores



Obra de Paulo de Tarso Venceslau

sacrifícios. Quem vive do trabalho não tem como se defender diante de um processo hiperinflacionário. Ao contrário da burguesia, que dispõe de várias saídas para se proteger, através, por exemplo, da compra de ouro, dólar e imóveis — como, aliás, já vem fazendo.

Embora o risco de hiperinflação esteja cada vez mais presente no cenário atual, a inflação ainda não saiu de controle: há vários meses os preços vêm subindo por etapas, que se assemelham a pequenos degraus. Após subirem 3 ou 4

pontos percentuais, as taxas estabilizam-se e, em seguida, voltam a se elevar.

Desconfiança

Um outro aspecto que tem impedido o aprofundamento da crise é que a economia real do país tem reagido favoravelmente nos últimos meses. Tanto que a grande maioria dos setores produtivos apresenta lucratividade, o que não se observava desde 1984. Não só a indústria acusa taxas positivas de expansão, como o nível de emprego e o salário

real vêm se mantendo razoavelmente estáveis.

Além do mais, o país vem acumulando elevados saldos na balança comercial (exportações menos importações), a arrecadação de impostos tende a superar as previsões oficiais e é possível que o déficit público seja menor que o projetado. Tudo isso, somado ao fato de que o mercado financeiro brasileiro, graças à sua sofisticada estrutura, é capaz de suportar índices de inflação inadmissíveis em outros países, mostra que o governo dispõe de margem de manobra para adotar providências capazes de conter temporariamente a inflação.

Mas o que ocorre é uma falta total de credibilidade nas autoridades. A crise é real por força de sua componente política. O governo Sarney está desmoralizado para propor saídas. Não confiando em Sarney, setores da burguesia local parecem estar gestando um projeto ambicioso, que conte com a participação do Estado para financiar um novo surto de desenvolvimento.

Um texto confidencial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) expõe claramente a estratégia empresarial de comprar títulos da dívida pública, pagando no máximo a metade do valor de face e, com eles, adquirir empresas estatais ou recursos para novos investimentos. Esses recursos seriam fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que passaria a gerenciar o Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Sem minimizar os riscos de hiperinflação, não se pode descartar a hipótese de se exagerar no clima, gerando medo e insegurança que obriguem os trabalhado-

res a aceitar um pacto social a qualquer custo. Nesse sentido, é correta a posição da CUT de não participar das discussões tripartites, que supõem negociação entre desiguais.

A CUT tem deixado claro que os trabalhadores não têm responsabilidade pela escalada inflacionária, até porque os salários têm sido reajustados pela inflação passada e, frequentemente, abaixo dela. Responsáveis pela inflação são os agentes formadores de preços públicos e privados: o governo e os empresários.

O companheiro Lula, aliás, em artigo recente na Folha de S. Paulo, não só apontou os culpados pela inflação, como sugeriu algumas medidas contra ela: o não reconhecimento da dívida externa, controle dos preços dos setores oligopolizados, um novo tratamento para o déficit público e a dívida interna etc.

Não basta, portanto, retirar-se das discussões porque o pacto é inaceitável. É preciso, também, avançar nas propostas para poder dialogar com o conjunto dos trabalhadores — que sentem os efeitos concretos da inflação. É urgente, por exemplo, definir, na questão da reposição das perdas salariais, qual o período de referência, o prazo em que se dará a reposição e as condições necessárias.

Quanto ao PT, diante do quadro econômico confuso e da crise institucional que se aprofunda, é fundamental oferecer saídas reais para o conjunto da sociedade, em especial a classe trabalhadora. Desse modo o partido estará provando que está preparado para dirigir o país.

*Membro do COM-SP

Rural

A terra ou a vida

Dispostos a morrer para ficar na terra, mais de 250 famílias ocuparam uma faixa da fazenda Terra Bela, a 400 km de São Luís, no Maranhão

O estado onde nasceu o homem que diz "fazer tudo pelo social" - que ao mesmo tempo reúne imensos latifúndios e o maior número de trabalhadores sem terra do país (450 mil famílias) - poderá ser cenário de um verdadeiro massacre envolvendo a Polícia Militar do Maranhão.

Dispostos a morrer para ter a terra que significa sua sobrevivência, mais de 250 famílias ocuparam, no dia 29 de julho, uma faixa da fazenda Terra Bela, de 50 mil hectares, de propriedade do empresário Fernando Brasileiro a quem os posseiros do Maranhão acusam de grileiro.

Técnicos do Mirad estiveram no local e comprovaram que na área da fazenda existe um latifúndio impro-

expansão agrícola que nunca se concretizou.

Durante a ocupação, três jagunços da fazenda foram mortos, um deles, Agenor Macedo Silva, informante da polícia, fora contratado para matar quatro pessoas: Luis Vila Nova, o pároco local Ivo José Ritter e os lavradores José Mamede e Pedro Leite.

Fernando Brasileiro entrou com um processo de reintegração de posse na Comarca de Santa Luzia, alegando que os posseiros invadiram sua fazenda comandados por Luis Vila Nova, candidato do PT à Prefeitura de Santa Luzia. Um cerco policial em torno do acampamento foi ordenado pelo governador do Estado, Epietácio Cafeteira.

Chefiados pelo capitão Chaves e pelo tenente Ma-

com conjuntivite e diarreia. Não há comida, roupas ou remédios. Estão todos condenados (sem direito a julgamento) a um cárcere onde, se não morrerem lutando, poderão ser vitimados por doenças ou pela fome.

PT na área

O jurista Hélio Bicudo, membro da Comissão Executiva Nacional do PT, esteve na área em nome da Sec. Agrária do partido. Bicudo conta que conseguiu entrar no acampamento por um engano dos policiais. Lá também constatou a situação de miséria: "Eles vivem em barracos de palha, têm para comer um pouco de milho e a caça que puderem encontrar na mata. Têm medo de serem espancados, de terem suas casas queimadas e de serem mortos. Mas estão decididos a ficar na terra".

Ao sair do acampamento, Hélio Bicudo ouviu do major José Ribamar da Silva que este havia sido reprimido por permitir sua entrada e que daquele momento em diante ninguém mais entraria ou sairia da fazenda. Em seguida, voltou à cidade para conhecer o inquérito aberto pela morte do pistoleiro Agenor, que a revista Isto é/Senhor afirma ter sido torturado e sequestrado enquanto os lavradores e um fotógrafo (que fez fotos do corpo do jagunço) desmentem ter havido tortura. Bicudo, porém, não conseguiu encontrar o delegado, nem obteve permissão para examinar o processo.

Outro fato grave: o juiz de Santa Luzia que concedeu, em tempo recorde, a liminar de reintegração de posse a Fernando Brasileiro, alterou, o mandado acrescentando as palavras "e outros" pois pedido da parte interessada este foi expedido contra Luis Soares Filho, o Vila Nova, que não se encontra na área (e isso invalidaria o documento).

Fabiano Pajótti



Hélio Bicudo: furando o cerco policial

Ao ser recebido pelo governador Epietácio Cafeteira, Hélio Bicudo insistiu na ilegalidade do "cárcere privado" a que estão submetidos os sem-terra. O governador insinuou que eles não estavam presos e que a polícia estava fora da fazenda, ao que Hélio Bicudo respondeu: "Eu estive na área. Os policiais estão dentro da fazenda. Portanto, se aquelas pessoas estão invadindo, a polícia também está". Sa-

lientou, ainda, que caso não fossem tomadas imediatas providências, poderia haver um massacre nos próximos dias. Em resposta, o governador disse que aguardaria decisão do Judiciário.

Hélio Bicudo esteve ainda na OAB maranhense, que se comprometeu a dar sua solidariedade e tentar responsabilizar o juiz e o governador pelos acontecimentos.



O líder rural Vila Nova: mensagens incoerentes

duto e não a empresa rural Ouro Verde Agropecuária Ltda., como está registrada a fazenda desde 1980 no antigo Inera.

Cárcere

A região de Buriticupu, município de Santa Luzia, a 417 quilômetros de São Luís, onde se encontra a fazenda ocupada, foi dividida em 1971, pelo então governador Pedro Neiva Santana, entre 38 grupos econômicos de fora do Maranhão com o objetivo de lançar programa de colonização e

riano, os policiais formaram três barreiras na estrada que dá acesso ao acampamento dos sem-terra. Ninguém entra nem sai. Alimentos não passam. Os trabalhadores denunciam constantes espancamentos praticados por policiais.

Um grupo de pessoas de entidades envolvidas com o problema da terra no Maranhão conseguiu, no dia 7 deste mês, chegar ao acampamento. Além de ouvir as denúncias de espancamento verificaram que ali há mais de cem crianças, muitas

Quem é Vila Nova

Poucos sabem que o verdadeiro nome desse lavrador de 42 anos é Luis Soares Filho e que nasceu no Piauí. Mas é raro o lavrador maranhense que desconhece sua história. Ficou conhecido no Bairro de Vila Nova, em Imperatriz (MA), como organizador do primeiro núcleo do PT e fundador do sindicato dos trabalhadores rurais.

Por seu carisma e liderança já sofreu três atentados a mando de latifundiários (ver BN n.º 35). É acusado de "autor intelectual" da morte de um pistoleiro, fato que o levou a sair de Santa Luzia - onde é candidato a prefeito pelo PT - para não ser preso. Enquanto isso, continuou fazendo campanha através de mensagens gravadas em videocassete.

UNE

Um encontro tumultuado

*Dividido, o 39.º Congresso da UNE
perdeu a oportunidade de dar uma clara direção
política às lutas estudantis*

Quatro dias de muita briga e pouca discussão política. Essa é a primeira observação que pode ser feita sobre o 39.º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado entre os dias 7 e 10 de outubro em São José dos Campos (SP).

Tudo começou quando militantes do PC do B, ao perceberem que estavam em minoria no plenário, tentaram inviabilizar os trabalhos previstos no encontro. Para isso, não só provocaram tumultos como tentaram impugnar o credenciamento, questionando a legitimidade dos representantes eleitos nas escolas.

As manobras se estenderam até o último dia, quando finalmente o Congresso se instalou. Então, com os ânimos dos presentes já bastante exaltados, os militantes do PC do B começaram a ameaçar uma retirada do plenário, caso não fosse aceita sua proposta de eleição de uma diretoria pro-

porcional (isto é, uma diretoria composta por todas as chapas que se apresentassem na eleição da entidade, na proporção dos votos obtidos por cada uma).

Um outro complicador do evento foram as correntes internas do PT que atuam no movimento estudantil - sobre as quais recai a responsabilidade da condução do Congresso. Elas não conseguiram encontrar o ponto de unidade necessário para superar os impasses da entidade. Essa dificuldade levou os militantes petistas a realizarem uma plenária durante o próprio Congresso, interrompendo seu andamento, já bastante anormal.

A nova diretoria

A plenária petista resolveu indicar para a presidência da UNE o estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Juliano Corbelli-



O 39.º Congresso da UNE ficou "machucado"

ni, que acabou sendo eleito pelo Congresso, apesar do grande número de ausências.

Juliano tem 20 anos (é o mais jovem presidente da UNE desde sua reconstrução, em 1979) e estuda Ciências Sociais. É ligado à corrente estudantil petista *Caminhando*. Apesar de concordar que o Congresso que o elegeu foi muito desgastante, Juliano afirma que seu resultado final foi "positivo". "Eu acho que a diretoria eleita saiu legitimada e conta com o respaldo da maioria das escolas", diz, lembrando que as resoluções do encontro garantem a direção política da próxima gestão.

O novo presidente da UNE fala um pouco sobre essas resoluções: "Nossa tarefa principal será elaborar, junto com a Andes (entidade nacional dos professores universitários) e a Fasuba (entidade dos funcionários das escolas federais), um projeto global para a universidade brasileira. Ao mesmo tempo, daremos encaminhamento às lutas por

mais verbas nas universidades públicas e pelo congelamento das mensalidades nas escolas pagas; lutaremos também para garantir que, nas públicas, o primeiro nome da lista de candidatos a reitor seja o escolhido pelo governo".

Aparelhismo

Um ponto de vista diferente é expresso pelo estudante de psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Eugênio Pasqualini. Ele acha que a maioria dos participantes do Congresso saiu insatisfeita com o que aconteceu lá, e que será necessário um grande esforço para superar esse desgaste junto às bases estudantis. Eugênio - que foi secretário-geral da UNE na gestão anterior - é agora diretor da Regional Minas Gerais da entidade.

Ligado à corrente petista *Articulação* - que aglutinou a maioria dos militantes do PT no Congresso -, Eugênio não poupa críticas à condução do encontro: "Os militantes do PC do B deti-

nham apenas um terço do plenário e mesmo assim fomos incapazes de fazer as coisas andarem".

O diretor da UNE explica por que isso aconteceu: "A gestão anterior, apesar de ter quebrado a hegemonia do PC do B na UNE, não conseguiu mostrar claramente a que veio. Boa parte daquela diretoria até conseguia fazer bem o discurso anti-PC do B, mas no fundo sua prática foi semelhante a deles".

Segundo Eugênio, o Congresso, "ao polarizar o embate entre os que eram a favor daquele partido e os que eram contra, acabou despolitizando inteiramente as discussões, que era justamente o que o PC do B queria". Isso, diz ele, "é fruto de uma visão aparelhista das entidades de massa, que permeia a maioria das correntes estudantis, inclusive as ligadas ao PT".

"As divergências internas de um partido político não podem se sobrepor à dinâmica de uma entidade de massa, cuja autonomia deve ser respeitada", conclui.

RECURSOS PARA DIRETORIOS

Reforce o seu caixa vendendo exemplares e assinaturas das publicações: 00 PT.

O esquema é bastante simples e 30% da receita obtida ficam para o diretório.

Faça o seu pedido, discriminando as quantidades de cada publicação, e envie os valores líquidos (70% do preço de capa), e envie o, juntamente com cheque nominal, ao Partido dos Trabalhadores, em valor total, para ser descontado 30 dias após para:

Departamento de Circulação do PT
av. 11 de junho n.º 260
04041 - São Paulo - SP

Obs.: Mais de 200 exemplares em todo o País B custam mais a serem enviados, com resultados muito bons. Entre em contato conosco diretamente. Ligue, no caso de dúvidas ou pedidos especiais, para o Departamento de Circulação do PT: (011) 575-2299.

Tabela de Preços

Teoria e Debate
Jornal do PT
Boletim Nacional

Valor Integral

Cx# 800,00
Cx# 210,00
Cx# 170,00

Política energética

Sai usina, entra submarino

O programa nuclear brasileiro entra em nova fase, com o naufrágio do acordo com a Alemanha Ocidental. Fala-se do acoplamento, como na Argentina, do programa civil ao militar. O BN abre o debate sobre a questão

Luiz Carlos Menezes*
Otaviano Helene*

Há cinco anos, prevenimos que, com o naufrágio definitivo do "acordo nuclear" e da política que o promoveu, deveríamos nos preparar para uma nova fase da prolongada sangria de recursos nacionais que tem sido o programa nuclear brasileiro. Estávamos certos.

Por pronunciamento pessoal do presidente da República, os escombros da barca furada do "acordo nuclear" foram transferidos à Eletrobrás, para ser pagos com as contas de luz, e o restante dos programas energético e militar continua sendo dirigido pelo "órgão técnico" que é a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a mesma CNEN que tem dado cobertura ao até então semiclandestino "programa paralelo" das Forças Armadas, a mesma CNEN que não soube evitar "Goiânia". Ao mesmo tempo que se fez este pseudodesmonte, se criou, para assessoria do presidente, uma Comissão Superior de Política Nuclear (CSPN), onde três especialistas, indicados pelo próprio presidente da República, vão conviver com duas dezenas de ministros.

Seria mais fácil acreditar nesta CSPN se, além de ter uma composição mais equilibrada (por exemplo, com representantes indicados pela sociedade civil e com menos ministros), tivesse clara função normativa e ascendência explícita sobre a CNEN. Da forma como foi proposta, ela não tem condições sequer de exercer a fiscalização do cumprimento do princípio constitucional da aplicação somente pacífica da energia nuclear.

Essa questão à parte, a "nova fase" continuará custando dólares e produzindo o quê? Ela é herança ou decorrência de décadas de desacerto. É ilustrativo

revermos como chegamos a ela.

Houve uma primeira fase, até meados dos anos 50, de varejo e contrabando de areia monazítica dos EUA. A partir de então foi-se instalando outra fase, mais autônoma ou nacionalista, durante a qual se iniciou a implantação no país de um infra-estrutura tecnológica e humana que poderia vir a dar origem a um programa industrial consequente na área nuclear. Esta fase se encerrou com o golpe de 64, sendo então substituída pelo programa de importação de reatores dos EUA (Angra I) e depois pelo acordo com a Alemanha.

Plano secreto

Argumentos falsos e megalomaniacos levaram ao acordo. No entanto, em poucos anos, a superestimação da taxa de crescimento do consumo de energia elétrica e a subestimação do custo da energia nuclear (avaliado então em cerca de 500 dólares por KW instalado, é hoje orçado em milhares) se mostraram insustentáveis dentro do próprio governo. De fato, em 1980 já se tinha iniciado secretamente uma nova fase, que veio a ser chamada sucessivamente programa secreto, paralelo e autônomo. Em setembro de 1987, o presidente da República anunciava ufanisticamente a capacidade desenvolvida pelo

Brasil de enriquecimento de urânio.

Por essa trajetória estamos agora assistindo à inauguração desta nova fase do programa nuclear brasileiro. Há muitas perguntas em aberto a se responder sobre toda essa história, especialmente sobre o acoplamento, como na Argentina, do programa civil ao militar. Com o tempo sabemos mas, por ora, que tal sabemos quanto custou todo esse sacrifício nacional, que até hoje só nos trouxe, entre um defeito e outro, os poucos quilovates de Angra I? Avaliar esse custo com maior precisão exige acesso a todos os dados disponíveis. O que podemos fazer aqui é apenas uma avaliação superficial, baseada em dados da imprensa.

O complexo Nuclebrás (Nuclebrás, Nuclep, Nuclei, Nuclemon e Nuclam), ora em estágio de "desmonte", envolve cerca de 5 mil empregados, tem cerca de 10 anos de existência e um patrimônio (literalmente imobilizado) de cerca de 3 bilhões de dólares.

Além das despesas indiretas, os reatores de Angra dos Reis tiveram custos diretos de 2 bilhões, 3 bilhões e 2 bilhões de dólares, respectivamente Angra, I, II e III, não incluídos aí cerca de 1,5 bilhão de dólares em equipamentos estocados.

Institutos como IPEN, IRD, IPR e IEN, compa-

rando-os com instalações de laboratórios universitários ou de outros centros de pesquisa, podem ser estimados como tendo investimentos de 1 bilhão de dólares. Os gastos com salários e outros custos de todo o aparato nuclear brasileiro, à exceção do paralelo, podem ser estimados em cerca de 2 bilhões de dólares.

A se acreditar nas declarações oficiais sobre o programa militar, seus gastos acumulados até então são da ordem de meio bilhão de dólares.

Sucata

Não estão aí incluídas, por exemplo, muitas outras despesas feitas em universidade, pelas companhias de eletricidade (Eletrobrás, Furnas), por ministérios e serviços diplomáticos ou pela Presidência da República. De qualquer forma, a soma das parcelas chega a 15 bilhões de dólares. Quem sabe o que tal quantia significa? Equivale a alguns anos de toda a importação brasileira de petróleo. É cerca da metade do que custou o Plano Marshall, que reergueu a Europa após a 2.ª Guerra Mundial, em valores atualizados. É 5% do PIB, ou seja, mais do que o dobro do valor negociado pelo governo brasileiro com o FMI como limite do déficit público. Enfim, 15 bilhões de dólares seriam o custo de duas dúzias de hidrelétricas capazes de produzir, cada uma, os 600 mil kW que Angra I não produz!

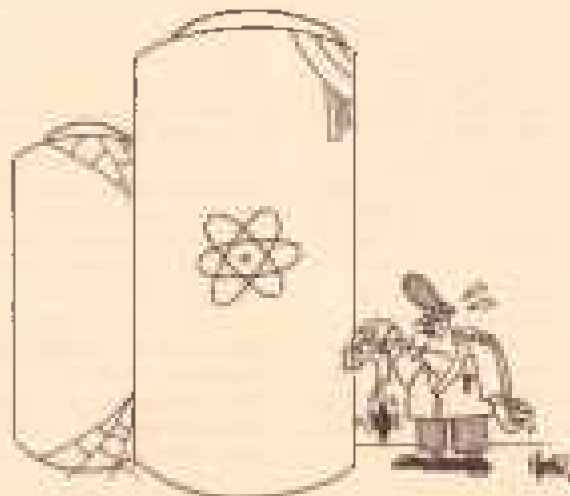
E tudo o que parece ter resultado de todo esse investimento é um Angra I que não funciona e Angra II e III, sucatas em construção. E, agora, sob a velhíssima nova gerência, a barca furada será atrelado um submarino nuclear. Ou se altera radicalmente o rumo ou o programa nuclear continuará "fazendo água". E o mar não está para peixe.

Solidariedade aos povos da floresta

Nacional do PT divulgou, em outubro passado, um documento de repúdio à política de ocupação da Amazônia, "que tem provocado a destruição deste enorme patrimônio ecológico e cultural, base da sobrevivência dos povos da floresta - seringueiros, comunidades indígenas, ribeirinhos e castanheiros".

No documento, o PT se propõe - como alternativa à política em vigor - a apoiar projetos de utilização econômica do espaço amazônico que respeitem as especificidades da região. Esses projetos deverão levar em conta as seguintes questões: 1) que o conhecimento científico e tecnológico sobre a Amazônia é ainda parcial e rudimentar; 2) que nenhum dos complexos tecnológicos do mundo moderno se constituiu com base em formações florestais pluviais - caso da Amazônia -, "o que no mínimo exige muita cautela em sua ocupação"; 3) que se deve levar em consideração todo o saber acumulado pelos indígenas, assim como o dos castanheiros e seringueiros, no processo de definição de uma política de ocupação da Amazônia; 4) que cerca de 20 milhões de hectares de floresta já foram devastados, entre março e outubro de 1987.

O documento critica também as propostas de militarização da defesa da Amazônia que vêm sendo noticiadas pela imprensa, "que só fazem aumentar os conflitos sociais na região".



* Professores do Instituto de Física da USP

Cultura

A arte de fazer política

O ator Paulo Betti, entre um filme e uma peça, ainda acha tempo para militar no PT.

Fabrizio Paizoli



Paulo Betti discursa em reunião do PT

Em sua primeira entrevista ao *Boletim Nacional*, durante a campanha para prefeito, em 1985, Paulo Betti dizia: "A política é um jogo e o PT é o único que joga aberto". Hoje, colaborando mais uma vez com a campanha eleitoral petista em todo o país, ele reafirma a Marisa Lourenço, do *BN*, sua postura: "O PT jamais me decepcionou".

Apesar da vida agitada de quem faz um filme no interior da Bahia ao mesmo tempo em que dirige uma peça de teatro em São Paulo, Betti consegue acompanhar a atuação do PT e participar das campanhas. Recentemente, "unindo o útil ao agradável", ele aproveitou para participar do comício de lançamento do candidato petista à prefeitura de Barreiras, interior da Bahia, onde estão sendo feitas as cenas de *Eu sem juízo, ela doida demais* - título provisório do novo fil-

me de José Rezende (mesmo autor de *O homem da capa preta*) - em que Paulo Betti atua junto a José Wilker e Vera Fischer.

Por que PT

Falando de sua participação política, Betti conta que sua aproximação com o PT se deu naturalmente: "Foi em São Paulo, quando apresentávamos a peça *Na carreira do divino*. Chegávamos aos colégios e associações de moradores de bairro para montar o cenário e encontrávamos ali pessoas reunidas falando sobre a construção do PT".

Espontaneidade e naturalidade também caracterizam sua militância: "Não sou filiado. Não tenho carteirinha. Tenho a militância de quem tem muitos compromissos, mas procuro estar presente e ver de perto a atuação do partido. Através dos

jornais acompanhei o trabalho dos parlamentares petistas e eles não me decepcionaram. O PT jamais me decepcionou! Para algumas posturas tenho minhas críticas... mas se o Partido decidiu, se a base decidiu, é isso aí. Além do que, noventa por cento das atitudes são corretas. É o que importa".

Sem dúvida, sua carreira o realiza plenamente: "Tenho a felicidade de fazer aquilo que gosto. Gosto de atuar, dirigir e encenar igualmente, pois cada um liga uma chave diferente". E quem acompanha seu trabalho não pode discordar: após participar da novela *Carmem*, ele passou a dirigir a peça *O amigo da onça*, de Chico Caruso (baseada no personagem da revista *O*

Cruzeiro), no quarto mês de sucesso em São Paulo. Tão logo terminem as filmagens de *Eu sem juízo, ela doida demais*, estreará a peça *Roleta Paulista*, de Marcelo Paiva (mesmo autor de *Feliz Ano Velho*), em Ribeirão Preto, junto com Paulo Vilela, Adilson Barros e Cristiane Rando.

Seu juízo sobre aqueles que, de forma sectária, acham que arte e política não podem andar juntas é direto: "Isso é tolice. Se assim fosse, Bertold Brecht não seria considerado um dos maiores dramaturgos de todos os tempos, pois sua obra é eminentemente política".

Na opinião de Paulo Betti, o que não deve acontecer é a subordinação da arte a posições po-

líticas. "O que é imposto torna o trabalho falso, e não verte. Meu trabalho não precisa refletir minha postura. Isto é, não passa por um crivo ideológico", diz ele. Sem preocupação de fazer peças políticas, Paulo Betti diz que faz o que o desejo e a intuição artística lhe sugerem. "Mas o envolvimento político não deixa de existir, uma vez que é a expressão do meu ser. Faz parte da forma como vejo o mundo", esclarece.

Interessado em continuar dando sua contribuição ao PT, Paulo Betti confessa que está muito entusiasmado em poder participar da campanha de Lula para a Presidência da República: "Acho que vai dar um grande gás", concluiu.

O Amigo da Onça



A peça *O Amigo da Onça*, escrita por Chico Caruso e dirigida por Paulo Betti, está em cartaz em São Paulo, no teatro *Maria Della Costa*. A peça foi baseada no personagem do cartunista Péricles, que tornou famosa a revista *O Cruzeiro*.

Popularidade

O Cruzeiro, na verdade, era uma empresinha que seis rapazes (Péricles, David Nasser, Jean Man-

zon, Franklin de Oliveira, Fred Chateaubriand e Millôr Fernandes) transformaram na revista de maior sucesso de todos os tempos no Brasil, graças a uma nova concepção de reportagens, fotografias, paginação e humorismo. Numa população, na época, de 45 milhões de habitantes, a revista chegou a vender 750 mil exemplares semanais e teve uma edição internacional em língua espanhola que circulava até no sul dos Estados Unidos.

Millôr Fernandes conta a popularidade que ganhou *O Amigo da Onça*: "Comecei a andar pelo mundo. Pouco nos víamos, Péricles e eu. A empresa *O Cruzeiro*, da qual eu já me afastara, tinha se transformado no que equivale à TV Globo hoje. Faturava bilhões (ainda hoje estão por aí alguns milionários que se locupletaram com o nosso tra-

balho) e se transformou, para Péricles, no cerne desse mundo hostil. A figura do homenzinho macunaímico que satirizava costumes e acontecimentos virou modismo e expressão popular. Foi usada em pára-choques de caminhões, chaveiros, bibelôs, brinquedos, camisetas etc., sem que Péricles (a essa altura com um salário medíocre) tirasse qualquer proveito material disso. Ah, Xuxa, que sábia você é...".

"Na última noite de 1961" - continua Millôr - "essa noite de passagem-de-ano especialmente dramática para os solitários, ele não resistiu (Péricles se suicidou enfiando a cabeça no forno de um fogão e se asfixiando com o gás). Deixou sua última irreverência num bilhete aparentemente jocoso, mas profundamente amargo, quase grotesco: Não acendam fósforo".

A TV dos trabalhadores

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e

Diadema está aprimorando seus veículos de comunicação. Há dois anos desenvolve uma experiência inédita no movimento sindical brasileiro, com a criação da TVT



Vicentinho: uma TV para o sindicato

Quando a atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema foi eleita, um dos pontos mais importantes da campanha da chapa foi o aprimoramento dos veículos de comunicação da entidade. Desse ponto surgiu a idéia da implantação de um estúdio de rádio e TV no sindicato e, posteriormente, a idéia de se pedir uma concessão de rádio junto ao Ministério das Comunicações.

Assim nasceu a TVT (TV dos Trabalhadores). "A proposta baseou-se na cons-

tatação de que a influência do sindicato junto aos trabalhadores está constantemente prejudicada pelo poder dos grandes meios de comunicação, em geral contrários aos nossos interesses", explica Vicente Paula da Silva (Vicentinho), presidente do sindicato.

Para viabilizar a idéia, a diretoria adquiriu equipamentos e contratou uma pequena equipe técnica, hoje coordenada pela jornalista Regina Festa. Os equipamentos — que incluem aparelhos de VHS e U-Matic, além de uma antena para-

bólica que recebe transmissões do exterior — são considerados de alto padrão e já permitem instalar uma estação de transmissão.

Luta pela concessão

Quanto ao rádio, o sindicato está há mais de um ano batalhando a concessão junto ao ministro das Comunicações. "Na primeira vez que fomos conversar com o ministro Antônio Carlos Magalhães, em outubro do ano passado, ele nos disse que, se nós seguíssemos os trâmites legais, a concessão estaria garantida. Pois bem, a gente seguiu rigorosamente todas as exigências técnicas e jurídicas e encaminhou ao ministro, mas até agora ele só enrolou".

No dia 29 de setembro passado, Vicentinho foi a Brasília falar com o minis-

tro. Mais uma vez ele nada respondeu de concreto. Vicentinho faz um apelo: "Estamos pedindo o apoio de todas as entidades democráticas e de trabalhadores para a nossa luta, que se juntem a nós para viabilizar essa experiência tão importante para o movimento sindical brasileiro".

A coordenadora Regina Festa explica um pouco mais o que é essa experiência: "O objetivo inicial da TVT foi fazer vídeo na área sindical, através do qual os trabalhadores pudessem se apropriar do meio televisivo, usá-lo nas suas lutas, na sua formação e em projetos mais amplos de informação".

O projeto, no entanto, foi extrapolando as fronteiras da categoria metalúrgica: hoje a TVT trabalha

com a CUT, inúmeras entidades populares e com o PT, através de uma ampla colaboração na montagem de programas de vídeo. Importante também é o trabalho com o Instituto Cajamar, com o qual a TVT está produzindo uma minissérie, em cinco capítulos, sobre a história de São Bernardo do Campo.

A TVT representa, portanto, um salto de qualidade na capacidade de formação e informação do sindicato, que já era bem atuante no setor de imprensa, com a veiculação de um jornal diário de 40 mil exemplares. Também não é desprezível o investimento do sindicato na área de formação: hoje, cerca de 800 trabalhadores participam dos vários cursos de educação política oferecidos pela entidade.

AGENDA DO PT



A agenda 89 do PT está prática e bonita.

Compre-a no seu diretório ou faça o pedido diretamente para nós, enviando cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, no valor de Cz\$ 2.500,00.

A entrega é super-rápida

**Departamento
de Circulação do PT
av. 11 de junho, 280
São Paulo - SP 04041**

Cartas

CUTcultura

O BN é importante pois através dele tomamos conhecimento das lutas dos trabalhadores em todo o Brasil. Por isso, gostaria de contribuir com o relato de um fato que se deu numa comunidade vizinha a Pejuçara (RS). Espero que possam divulgar essa vitória contra o interesse de grandes grupos:

A construção de uma barragem junto a uma cascata que corta a comunidade de São Valentim, interior de Ijuí (RS), passou a roubar o sono dos pequenos agricultores daquela comunidade. Técnicos da Hidroelétrica Panambi Ltda., passaram a fazer o levantamento do terreno na margem oposta do rio, dando uma desculpa qualquer de que estariam pescando. O pessoal de São Valentim passou a se preocupar com o assunto ao descobrirem que a ameaça estava próxima. Decidiram impedir que os técnicos entrassem em suas propriedades para fazer o levantamento.

Os técnicos buscaram apoio legal e voltaram com ordem judicial para entrar nas terras. A tentativa foi frustrada. Voltaram novamente, desta vez assessorados por oficiais de justiça e alguns policiais, mas encontraram as estradas bloqueadas pelas máquinas agrícolas de quem não estava disposto a entregar suas terras para serem cobertas pela água.

A empresa que pleiteava a construção tentou, então, comprar as terras, fazendo um depósito em juízo, baseado em valores estipulados pelo Incra. Valores irrisórios em relação ao valor real das terras (800 hectares).

Mais uma vez a empresa viu frustrada sua tentativa. Apelou então para a tropa de choque. Os técnicos chegaram com 40 homens da polícia de choque de São Luiz Gonzaga, RS. Foi aí que os agricultores mostraram sua grande capacidade de organização bloqueando todas as entradas da comunidade. Após quatro horas de discussão as entradas fo-

ram liberadas, mas já se esgotava o tempo dos mandados que os técnicos traziam para entrar nas terras.

No dia seguinte, o juiz de Ijuí decide suspender o levantamento. O passo seguinte foi pedir ao ministro das Minas e Energia que revogasse o decreto que autorizava a construção da barragem. Técnicos de Brasília vieram até a comunidade e avaliaram que seriam grandes os prejuízos causados e no dia 30 de agosto deste ano o decreto foi revogado.

Os lavradores querem que esta vitória sirva de exemplo e força a todos aqueles que lutam em defesa de suas pequenas propriedades.

Cerineu Mantovani
Pejuçara/RS

CATUcando

A Dafferner S.A., que fabrica máquinas gráficas Catu, colocou para fora da fábrica, no último dia 7 de outubro, Roberto Ferreira da Silva e Pedro Madoda Mome, ambos diretores do

Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região (SMSR), com mais de 12 anos de empresa.

Não é a primeira vez que a Catu toma tais medidas. Mal-administrada, ela vive de crise em crise. Já afastou o companheiro Miguel, também diretor do sindicato, que está com processo de retorno correndo na Justiça há mais de dois anos. E demitiu 4 outros membros da Comissão de Fábrica.

Sendo assim, solicito apoio para a denúncia destes fatos e para intervir junto à direção da empresa, diretamente ou através de telegrama exigindo que ela recue na sua decisão.

Wilson Fernando da Silva,
presidente do SMSR

Resistência

No esforço de contribuir para a capacitação política e enriquecimento cultural das classes trabalhadoras na região de Campinas (SP), a CUT Regional Interior I está desenvolvendo a criação da "Biblioteca do Trabalhador". Tal iniciativa busca colocar à disposição de todo o trabalhador interessado um conjunto de obras significativas para a sua formação política, ideológica e cultural.

Para tanto solicitamos a doação de livros, assinaturas de periódicos, cartilhas, apostilas ou material afins, de forma a possibilitar a estruturação de um acervo capaz de atender a enorme demanda em nossa região. Saudações Sindicais.

Secretaria de Formação
CUT Campinas

BN responde: Parabenzamos a CUT Regional Interior I por essa grande ideia e ficamos felizes em poder contribuir.

"Quero ler"

Sou assinante do Boletim Nacional da PT e gostaria de sugerir aos companheiros responsáveis pelo jornal que, além de informarem

sobre o lançamento de livros e documentos (por exemplo: Política das minorias, Poder local e participação popular etc.), mencionassem, se possível, o valor e a maneira mais fácil de aquisição para pessoas interessadas como eu, que moro numa cidade do interior do Piauí (a 100 km da capital), onde não existem livrarias. Aqui há sérias dificuldades para a aquisição de tais livros e documentos.

Finalmente, gostaria de saber dos companheiros como conseguir uma cópia do Projeto de Constituição apresentado pelo PT ao Congresso.

Graciano Pereira -
Água Branca/PI

BN responde: O companheiro pode solicitar um exemplar no Gabinete da Liderança do PT na Câmara dos Deputados em Brasília: (061) 213-5825.

Lula presidente

Nós, moradores da Rocinha, pessoas atuantes e participantes do movimento popular, manifestamos nosso apoio à candidatura de Lula para a Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores.

Diante da realidade política a que somos submetidos, sabemos que o único instrumento legal que temos para oficializar nosso apoio e nosso manifesto é de que o candidato, uma vez eleito, assumo o compromisso de mudar a política social e econômica vigente. Precisamos de soluções imediatas para um fardo de questões sociais de caráter emergencial, tratadas até hoje sem interesse. Entre outras resultamos: Habitação - que o incentivo dado pelo governo à aquisição da casa própria não seja usufruto de uma minoria, visto que a renda familiar exigida não condiz com a realidade do assalariado;

Reforma Agrária - O dono da terra deve ser aquele que nela trabalha. Que haja uma partilha mais justa dos

RECEBA AS PUBLICAÇÕES DO PT

Agora está simples e rápido.

Escolha quais publicações lhe interessam, calcule o valor total das assinaturas e envie cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, juntamente com este cupom preenchido, para:
Departamento de Circulação do PT

av. 11 de junho 260
04041 São Paulo - SP

Não tem cheque?

Procure o seu diretório e faça as assinaturas.

NÃO MANDE VALE POSTAL

- () Jornal do PT - 12 edições - Cz\$ 2.100,00
() Revista Teoria & Debate - 4 edições - cz\$ 2.500,00
() Boletim Nacional - 12 edições - Cz\$ 1.700,00

Nome:

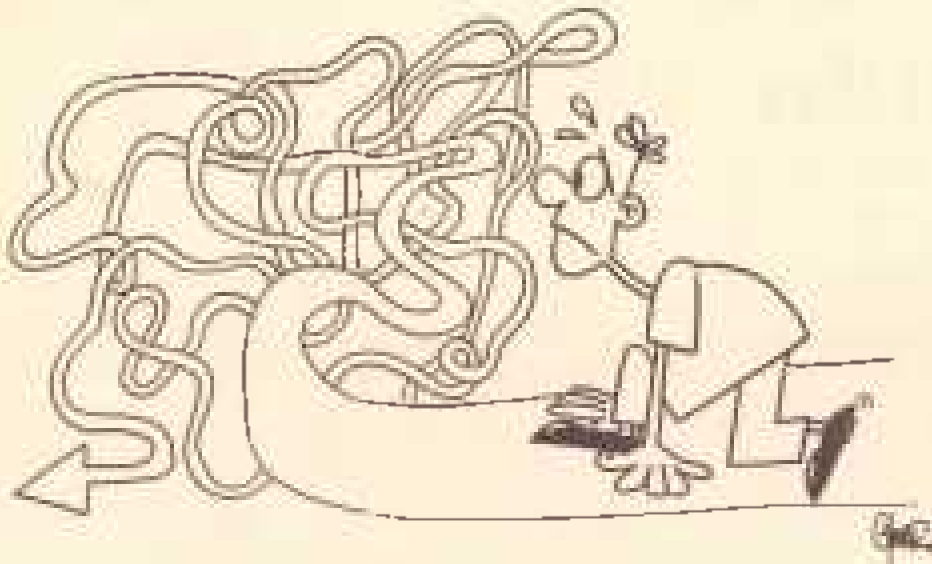
End:

Cidade: Estado:

Cep: Profissão: Idade:

Telefone: Filiado ao PT?





resultados da produção e maiores subsídios ao pequeno agricultor;

Salário/Divida Externa - Que o dinheiro público seja revertido às classes populares para que haja melhores condições de vida;

Educação e Saúde - Certos de que a riqueza de um país é o seu povo, queremos do presidente maior preocupação e interesse na área da Saúde e Educação;

Direitos Humanos - acabar com a discriminação das chamadas minorias (negros, mulheres, índios), que na verdade são maioria em nosso país.

Apoiamos este candidato com o ideal igual ao nosso, comunidade carente, mas não indiferente aos direitos do cidadão.

Ana Lúcia de Oliveira e mais 32 signatários

Rondônia: à beira da morte

A notícia das queimadas em Rondônia percorreram o mundo e foi notícia nas páginas dos jornais, revistas e televisão. Aqui, jornalistas, ecologistas e estudiosos no assunto, para documentar a destruição da Floresta Amazônica, pelos homens que para cá foram trazidos pelos governos militares que, em nome da "segurança nacional" abriram estradas e anunciaram a "integração" da Amazônia; noticiaram nos quatro cantos do Brasil que em Rondônia havia terra "boa" para todos aqueles que dela necessitassem para trabalhar e tirar o seu sustento. Ocupar e desbravar a selva amazônica, hostil ao homem "civilizado", era a palavra de ordem. (...)

As terras de Rondônia

têm uma fertilidade de, no máximo três anos. Há região no estado que esta vida útil cai para dois anos. Ai reside o problema das queimadas no estado. A falta de uma política agrícola definida induz ao pequeno produtor a derrubar em média 3 hectares de floresta por ano, segundo técnicos do IBDF, atingindo uma área total de 155.841 hectares de novas derrubadas. Isoladas, essas terras se transformam em capoeiras e fatalmente se incendiam todos os anos nos meses de agosto e setembro (...). Rondônia já desmatou cerca de 30% de sua floresta, segundo estimativa dos técnicos do IEF/RO. (...)

A exploração desenfreada da madeira no Estado causou estragos irreparáveis à flora e à fauna. O solo fica impróprio para o cultivo de lavouras temporárias, após 3 anos. O seu aprovei-

tamento só é possível para a pastagem. O solo fica compactado pelas pisadas dos tratores e caminhões.

Quem lucra com a exploração da madeira em Rondônia? São as grandes empresas que aqui se implantaram com incentivos fiscais dados pelo governo federal através da Sudam. (...)

Recentemente foi noticiado nos jornais de Porto Velho que no Rio Madeira já haviam sido despejados 78 toneladas de mercúrio (utilizado na extração do ouro). O diretor local da Sudepe/RO afirma que o núme-

ro é bem maior. Chega a 150 toneladas em 10 anos de garimpagem. (...) Não vamos deixar que aconteça o que está acontecendo com o rio Tapajós, onde seres humanos já estão morrendo contaminados pelo mercúrio.

O capitalismo precisa crescer, e para crescer tem que explorar os recursos naturais da forma mais econômica possível, ou seja irracionalmente, principalmente nos países periféricos. (...)

Bernardo Liro Lopes
Porto Velho - RO

1917 • 1987

SOCIALISMO

EM DEBATE
Cob. 3.800,00

Contendo o resumo dos cinco dias de debate sobre os 70 anos de transição socialista, em seminário promovido pelo Instituto Cajamar, no final de 1986, reunindo ex-pretivos dirigentes sindicais, estudiosos da história do movimento operário, dirigentes petistas e figuras históricas da luta pelo socialismo no Brasil.

O livro, editado pelo próprio Instituto Cajamar, constitui-se em rico material a respeito das experiências da União Soviética, China, de Cuba e da Nicarágua. Apolônio de Carvalho, Fúlvio Abramo, Luís Carlos Prestes, Lula, entre outros, participam também, debatendo a história da luta pelo socialismo no Brasil.

Pedidos:

Instituto Cajamar - via Anhanguera
km 46,5 - 07750 Cajamar - SP

A morte de Jovina Pessoa

A 12 de setembro deste ano, faleceu dona Jovina Pessoa, com pouco mais de 90 anos. Viúva do professor Samuel Pessoa - um dos mais renomados parasitologistas do mundo - ela viveu esses últimos anos entre suas plantas e netos em São Paulo.

Militantes do PCB até a saída de Prestes, ela e o dr. Samuel dedicaram anos de pesquisa científica à erradicação de doenças endêmicas em nosso país. Em 1945, Jovina Pessoa lidera em São Paulo a manifestação de mulheres em prol da

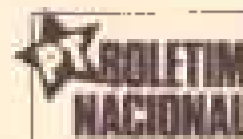
anistia dos presos políticos da ditadura Vargas. Com a vitória da revolução chinesa, o casal é convidado por Mao Tsé-Tung a visitar o país e colaborar na resistência à guerra bacteriológica desencadeada pelo governo norte-americano sobre o povo chinês. Com orgulho, ela manteve sempre em sua sala a foto ao lado de Mao e dos dirigentes chineses.

Talvez sua maior virtude tenha sido a capacidade de sempre indignar-se. Uma simples notícia de jornal tendenciosa a fazia passar toda a tarde ao telefone, manifestando sua contrarie-

dade a amigos ou queixando-se com jornalistas.

Tão sem perspectiva anda esse mundo brasileiro que às vezes tenho a impressão de que o lado de lá está ficando melhor de que o lado de cá: Henfil, Hélio Pellegrino, Chico Mário, Eder Sader, Cláudio Abramo, Joaquim Pedro de Andrade e tantos outros que têm partido sem aviso prévio.

No mínimo fica-nos o legado de lutar para que neste país ninguém morra antes do tempo. (De um artigo de Frei Betto)



Cigar da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP - fone 375 3299

Coordenador de Imprensa: Rui Façer

Editor: Cicero Araújo

Repórter: Maria Lourenço

Colaboradores: Cláudio Cerri, Cláudia Moura, Immo Sader, Francisco Werf, Igo Funes, Luis Carlos Menezes, Marco Aurélio Garcia, Cláudio Helene, Paulo de Tarso Venezzari

Chefes: Gilmar

Bibliotecário: Eliana Vasconcelos da Silva, João Francisco Esval

Tiragem: 20 mil exemplares

Comp., Mem., Foral, e Imp.: DCI - Indústria Gráfica & Editora S.A.

Circulação: Nádji Azibeiro

Impressão em B2/11/88

Índios Ticuna vão de PT

No município amazonense de Benjamin Constant, na fronteira com sua tribo o Peru, seis indígenas querem defender os interesses de na Câmara de Vereadores

Benjamin Constant é uma pequena cidade de 22 mil habitantes situada na fronteira do estado do Amazonas com o Peru. Lá um grupo de índios da nação Ticuna resolveu se filiar ao PT, fundar o diretório municipal do partido na cidade e indicar seis candidatos a vereador para as próximas eleições.

Em recente visita à sede do Diretório Nacional petista, um dos candidatos, o presidente do DM local, Nino Fernandes (seu nome indígena é *Metacü*), falou ao *BN* porque o grupo resolveu entrar no partido e como pretende vencer as eleições.

Os Ticuna constituem o mais numeroso grupo indígena brasileiro. Sua população total é estimada em 27 mil membros. Destes, aproximadamente 20 mil vivem em território brasileiro. Na região que inclui Benjamin Constant, os indígenas representam mais ou menos 44% da população rural, cuja atividade econômica está voltada para uma produção de subsistência (mandioca, principalmente) articulada com o extrativismo (madeira, pesca e seringa).

No Brasil, os Ticuna estão distribuídos em cerca de 80 grupos locais, com dimensões e estrutura variáveis, oscilando entre pequenos agregados de casas, com pouco mais de 40 pessoas, até localidades habitadas por mais de 2 mil moradores e acima de 300 casas.

Luta pela terra

Nos últimos anos tem sido intensa a luta dos Ticuna para obter do Estado brasileiro o reconhecimento de um território que corresponda às suas necessidades de subsistência e que englobe seus santuários mitológicos. Essa luta, contudo, tem esbarrado na insensibilidade do governo e já causou diversos conflitos, não raro sangrentos (ver matéria ao lado).

Nino Fernandes diz que a opressão sofrida por sua gente levou-os a encararem a hipótese de intervir na política dos brancos. Por isso resolveram entrar em um



O índio Ticuna Nino Fernandes (à esq.)

partido. Começaram a fazer consultas junto a pessoas brancas de confiança. Chegaram a pensar em outros partidos, mas depois concluíram que o PT seria o que mais se adequaria às necessidades de suas lutas. Então iniciaram o processo de filiação (já são 62 os índios filiados no PT, apesar das dificuldades impostas pelo juiz local) e fundaram o diretório municipal. Nino Fernandes - que tem 34 anos e é pai de 4 filhos - tornou-se o presidente do diretório.

Os seis candidatos a vereador pretendem fazer a campanha percorrendo de barco todas as comunidades dos Ticuna no município (o que implica cerca de 3 dias de viagem). Nino calcula que são necessários 200 votos para conquistarem uma vaga na Câmara Municipal. Por isso, um dos aspectos mais importantes da campanha é garantir que um bom número de índios esteja em condições legais de votar.

Os pontos principais da plataforma do grupo são: a promulgação de uma lei que reconheça e garanta os territórios Ticuna, e o direito à educação e à saúde. De imediato, os Ticuna quer em também a punição dos responsáveis pelo massacre de índios ocorrido em março passado.

Massacre continua impune

No dia 28 de março passado, num local próximo a Benjamin Constant, um grupo de homens fortemente armados assassinou 14 índios Ticuna e feriu outros 22. Dez corpos - cinco dos quais crianças - foram atirados no rio Solimões e estão desaparecidos até hoje.

O massacre foi executado a mando de um madeireiro local chamado Oscar Castelo Branco, que reivindica as terras hoje ocupadas pelos Ticuna. A área de São Leopoldo - que inclui as aldeias Ticuna de São Leopoldo, Porto Novo Lima e Bom Pastor - foi reconhecida oficialmente pela Funai como propriedade indígena em 1984. Só que não foram tomadas as providências necessárias para a defesa e proteção da reserva, particularmente a retirada da população não indígena e o pagamento de indenização.

Logo depois, os Ticuna revelaram o seu propósito de não mais tolerar a retirada de madeira em terras

já decretadas. Oscar Castelo Branco, porém, tentava em manter-se dentro da área indígena e insistia em mandar turmas de trabalhadores para extrair madeira.

No início de março passado, alguns dias antes do massacre, a Funai anunciou que no dia 28 daquele mês iniciaria o pagamento das indenizações devidas aos ocupantes não indígenas das áreas decretadas e que o Incra promoveria simultaneamente o seu reassentamento em outras áreas. Justamente nesse dia, diversas famílias Ticuna se reuniram festivamente no igarapé do Capacete (em Benjamin Constant). De repente, grupos de brancos armados cercaram o local e começaram a disparar.

Solidariedade

O crime provocou uma reação nacional e internacional da opinião pública, e levou o delegado encarregado do caso a solicitar

ao juiz federal de Manaus a prisão preventiva de 11 dos pistoleiros acusados.

Passados oito meses do fato, porém, as possibilidades de punição dos culpados são cada vez mais remotas. Por decisão do Tribunal Federal de Recursos, a competência para conduzir o processo saiu das mãos da Justiça Federal e passou para a Justiça de Benjamin Constant. Os envolvidos foram todos libertados e o inquérito permanece sem conclusão.

Um dos pontos mais importantes da plataforma dos Ticuna nas eleições é a punição dos culpados pelo massacre e a demarcação imediata de todas as áreas Ticuna. Segundo Nino Fernandes, toda a solidariedade - individual ou de entidades - a essa luta será bem-vinda.

As manifestações de apoio podem ser feitas por carta ou telegrama e dirigidas ao presidente da República (Dr. José Sarney, Palácio do Planalto, Brasília, DF).